

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

Estudo Técnico Preliminar 40/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08200.000066/2025-11

2. Introdução

2.1. A partir do Documento de Formalização de Demanda - Digital (39020024), este Estudo Preliminar tem como objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento de vestuário de passeio e equipamentos padronizados para uso dos Policiais Federais incumbidos das atividades precípuas da Diretoria de Proteção à Pessoa, bem como itens diversos para conforto e segurança - física e moral - das autoridades sob tutela desta Casa, com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.2. Também, a contratação dos bens referenciados neste Estudo está lastreada tecnicamente pela Portaria nº 002-CPP/DIREX/PF, de 23 de dezembro de 2021, que padroniza os trajes e uniformes a serem utilizados pelos Policiais Federais durante a execução de operações de proteção à pessoa, além das diretrizes traçadas pela Constituição Federal/1988, pela Lei 14.133/2021 e normativos auxiliares aplicáveis.

2.3. Os bens e serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de bens comuns, conforme definido no XIII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2.4. O Pregão na sua forma Eletrônica terá como procedimento auxiliar o Sistema de Registro de Preços - SRP, conforme art. 82, Lei 14.133/2021, de acordo com o planejamento do órgão, devendo a empresa estar ciente da possibilidade de aquisição da totalidade dos itens, de ofertar proposta para o quantitativo total, e que o critério de julgamento da licitação será o menor preço.

2.5. Nesse sentido, a escolha da contratação por meio do SRP baseia-se nos incisos I e V do Decreto nº 11.462/2023, que estabelece:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

[...]

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

2.6. Além disso, o Termo de Referência trará de forma mais detalhada como se dará a escolha do fornecedor e a contratação.

3. Descrição da necessidade

3.1. A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente de Estado, organizado e mantido pela União, integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, tem por finalidade exercer as competências previstas no § 1º do art. 144 da Constituição, e demais dispositivos legais e regulamentares

pertinentes, e destina-se a: apurar infrações penais contra a ordem política e social; apurar infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas; apurar outras infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

3.2. Atualmente, a Polícia Federal é uma instituição que goza de considerável credibilidade junto à população, sendo uma das principais referências positivas da ação estatal. Porém, a manutenção desses índices de aprovação e confiança passa necessariamente por medidas que possibilitem ao policial estar devidamente equipado e identificado, de forma padronizada, para atuar de forma similar em todo o território nacional. Com a necessidade de modernização dos equipamentos de segurança utilizados pelos policiais federais, em especial pelo crescente aumento das tensões políticas no Brasil, a Divisão de Recursos Logísticos - DILOG/CGLOG/DPP/PF, juntamente com outros setores técnicos da Polícia Federal, mantém contínuos estudos em diversos temas ligados ao desempenho das atividades policiais especificamente voltadas para Segurança de Dignitários.

3.3. Cumpre mencionar que ao longo dos últimos anos, em razão da crescente visibilidade do Brasil no cenário mundial, há um aumento considerável na demanda pela atividade de segurança de dignitários. Neste sentido, e tendo em vista a iminência do pleito eleitoral de 2026, esta demanda objetiva a aquisição de bem para uso policial para compor o aparato à disposição dos Agentes de Segurança.

3.4. Adicionalmente, destaca-se que a Polícia Federal frequentemente participa de eventos internacionais, nos quais os seguranças das demais autoridades estrangeiras utilizam ternos, mantendo um padrão de vestimenta que transmite profissionalismo e seriedade. Portanto, é fundamental que a Polícia Federal siga esse padrão, alinhando-se às práticas das demais forças policiais estrangeiras que desempenham funções similares, o que fortalece sua representatividade e adequação no cenário internacional.

3.5. Em assim sendo, a fim de se evitar e combater eventos críticos, tais como atentados – sejam morais ou físicos -, entre outros delitos que coloquem em risco à incolumidade dos protegidos - além de toda a missão de Segurança -, é imprescindível o investimento em bens que atendam às necessidades demandadas, visando ao melhor resultado possível.

3.6. Com o objetivo de facilitar a identificação dos policiais federais a partir da padronização de indumentárias para segurança de dignitários, somente será permitido o uso trajes de passeio completo (com terno escuro, camisa clara, gravata discreta) para homens e traje social discreto (tipo “terninho” escuro com camisa clara) para mulheres. Desta forma, visando ao padrão de excelência há muito conquistado, a aquisição de vestuário padronizado para as ações de SD (Segurança de Dignitários) se torna indispensável para o bom andamento das missões desempenhadas pela PF.

3.7. Ademais, ressalte-se, todo o trabalho será realizado em conjunto com operadores de outras forças, nacionais e internacionais, os quais utilizam seus próprios vestuários de identificação personalizada, de ótima apresentação.

3.8. Dessa forma, de acordo com a Recomendação Técnica nº 001/2021-CPP/DIREX/PF (19788287), de 17 de Junho de 2021, deve-se atender à padronização do vestuário do Policial Federal em ações de proteção à pessoa e sugere equipamentos para o desempenho de tal atividade.

Os eventos sediados no Brasil de 2025 a 2027, o Pleito Eleitoral de 2026 e a importância de vestuário padronizado e adaptado ao clima para os operadores de segurança

3.9. Dois eventos internacionais de grande magnitude serão sediados no Brasil em 2025, a Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém-PA, e as reuniões do BRICS, em Brasília-DF e no Rio de Janeiro-RJ, e demandam atenção especial à preparação dos operadores de segurança da Polícia Federal que atuarão na proteção de autoridades nacionais e estrangeiras. Além desses, já está confirmado que o Brasil sediará a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2027, que ocorrerá de 24 de junho a 25 de julho de 2027.

Dentre as diversas medidas necessárias para garantir a eficiência operacional e a projeção de uma imagem institucional alinhada e profissional, destaca-se a aquisição de vestuário padronizado, confortável e adequado às condições climáticas dos locais onde os eventos serão realizados.

3.10. De acordo com informações obtidas diretamente dos meios de comunicação oficiais do Governo Federal, os eventos podem ser classificados, em termos genéricos, como de grande porte e apelo mundial, tanto em termos de visibilidade quanto em termos de proporção de autoridades a serem recebidas e passíveis de proteção por parte desta Casa Federal de Polícia:

"Copa do Mundo Feminina de 2027, que será realizada no Brasil, já tem datas oficiais. O torneio ocorrerá de 24 de junho (quinta-feira) até 25 de julho (domingo), dia da final. O anúncio foi feito nesta terça-feira, 10 de dezembro, após reunião do Conselho da Fifa realizado em Zurique, na Suíça.

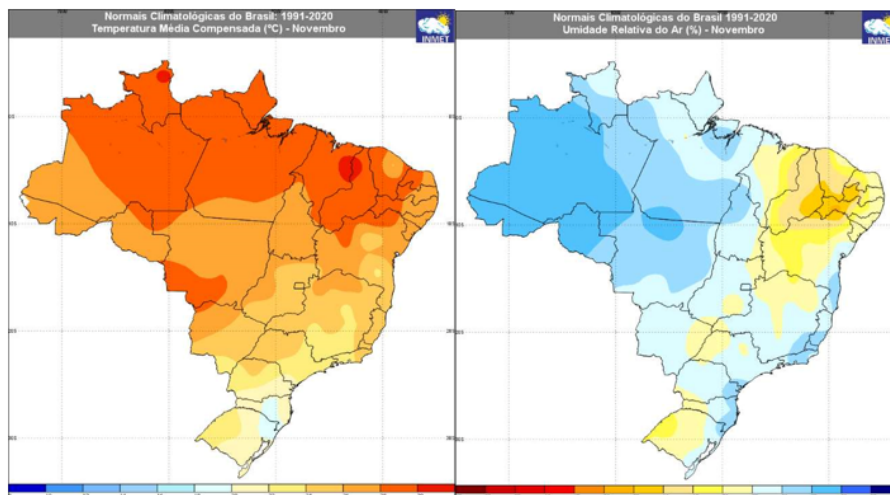
[...]

Com 32 seleções participantes da Copa do Mundo Feminina de 2027, 29 vagas serão definidas por meio de torneios classificatórios organizados pelas confederações continentais. Como país-sede, o Brasil está automaticamente classificado para uma das três vagas reservadas à Conmebol (América do Sul). As demais vagas serão distribuídas assim: 11 para a Uefa (Europa), seis para a AFC (Ásia), quatro para a CAF (África), quatro para a Concacaf (Américas do Norte e Central) e uma para a OFC (Oceania)."[4]

"Como país anfitrião, o Brasil é responsável por organizar e coordenar as reuniões dos grupos de trabalho que compõem o agrupamento e reúnem representantes dos países membros para debater as prioridades da presidência de turno. Para isso, há mais de 100 reuniões previstas para acontecer entre fevereiro e julho, em Brasília. Já a Cúpula do BRICS, espaço de deliberação entre chefes de Estado e Governo, está programada inicialmente para julho, no Rio de Janeiro. A duração do mandato brasileiro é de um ano e se encerra em 31 de dezembro de 2025."[5]

"O estado do Pará se prepara para receber a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém (PA), em novembro de 2025. De acordo com estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é esperado um fluxo de mais de 40 mil visitantes durante os principais dias da Conferência. Deste total, aproximadamente 7 mil compõem a chamada "família COP", formada pelas equipes da ONU e delegações de países membros."[6]

3.11. No caso específico de Belém, o clima predominante é quente e úmido, típico da região amazônica. Em contrapartida, Brasília e Rio de Janeiro, que sediarão os eventos associados ao BRICS podem apresentar variações climáticas significativas, como clima subtropical ou mesmo condições mais amenas. Ademais, no mês de novembro, quando será realizado o encontro da COP 30, em Belém-PA, espera-se altas temperaturas ao longo de todo território nacional, conforme dados do INMET[7]. Em contraste, ao longo do ano o Brasil experimenta uma amplitude térmica acentuada entre suas diversas regiões, em especial nos meses que circundam o mês de junho, em compasso com variações de umidade. Assim, o vestuário destinado aos operadores de segurança deve ser projetado com materiais que ofereçam conforto térmico, ventilação adequada e proteção contra adversidades climáticas, permitindo que os profissionais desempenhem suas funções sem comprometimento de sua saúde ou eficiência.



Imagens 01 e 02 - Média de temperaturas para o Brasil nos meses de novembro (1991 a 2020) e Média de Umidade Relativa do Ar para o Brasil nos meses de novembro (1991 a 2020)

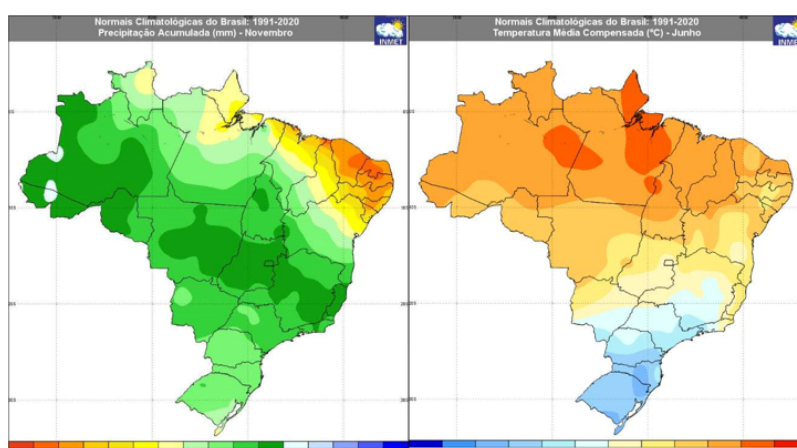
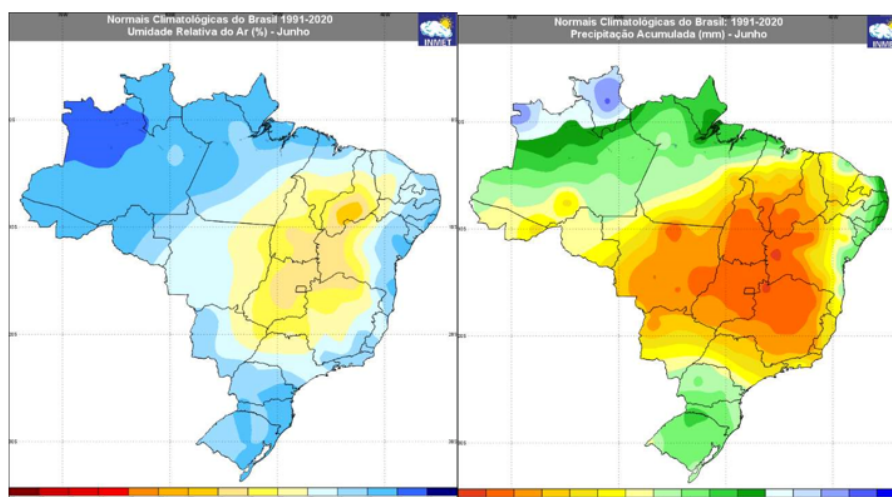


Imagem 03 e 04 - Média de Precipitação para o Brasil nos meses de novembro (1991 a 2020) e Média de temperaturas para o Brasil nos meses de junho (1991 a 2020)



Imagens 05 e 06 - Média de Umidade Relativa do Ar para o Brasil nos meses de junho (1991 a 2020) e Média de Precipitação para o Brasil nos meses de junho (1991 a 2020)

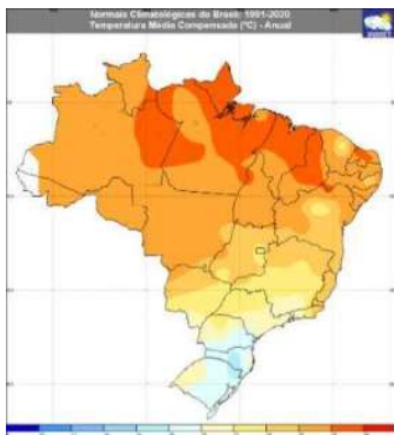


Imagem 07 - Média de Temperatura Anual no Brasil (1991 a 2020)

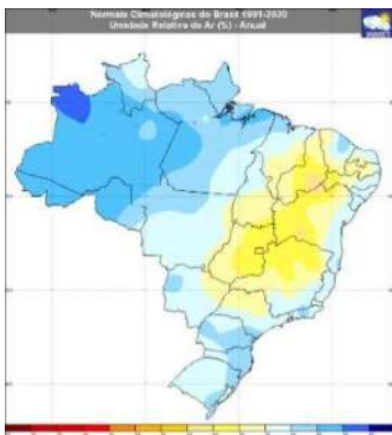


Imagem 08 - Média de Umidade Relativa do Ar Anual no Brasil (1991 a 2020)

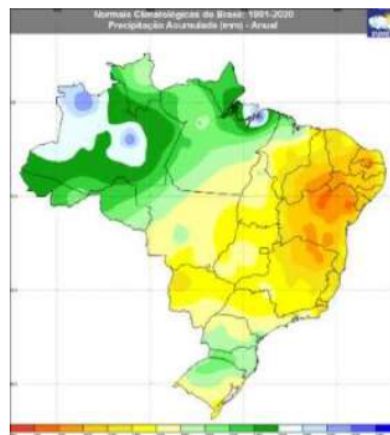


Imagem 09 - Média de Precipitação Acumulada Anual no Brasil (1991 a 2020)

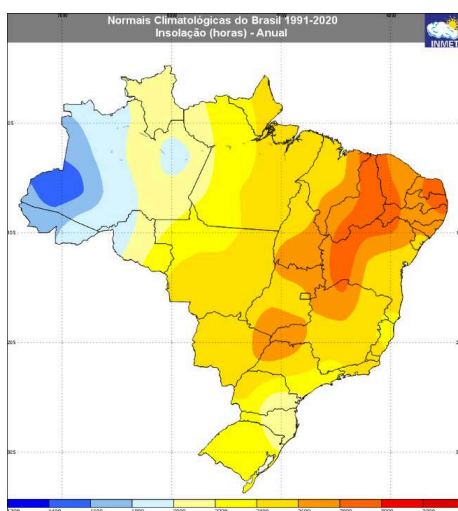


Imagem 10 - Média de Insolação anual para o Brasil (1991 a 2020)

3.12. Além disso, a atuação da Polícia Federal na segurança dos candidatos à Presidência da República durante as eleições de 2026 também se configura como uma prioridade estratégica de elevada relevância para a preservação da democracia e da estabilidade institucional no Brasil. A complexidade deste cenário exige uma preparação robusta e detalhada, semelhante à dos grandes eventos internacionais, visto que envolve um intenso planejamento logístico e operacional para garantir a segurança de todas as etapas do processo eleitoral. Essa responsabilidade abrange desde a proteção dos candidatos e de suas equipes em deslocamentos por diferentes regiões do país até a supervisão de atos públicos de campanha, debates e outros compromissos de alta visibilidade, onde o risco de incidentes pode ser elevado.

3.13. Dada a dimensão geográfica do Brasil e a diversidade climática e cultural de suas regiões, os agentes responsáveis por essa proteção enfrentam desafios significativos que demandam uma combinação de equipamentos e vestuário apropriados, treinamento especializado e estratégias adaptadas a cada contexto. Assim como na organização dos eventos de 2025, a utilização de ternos e vestuário com tecidos tecnológicos, leves e respiráveis, além de sapatos e cintos táticos que priorizem conforto, mobilidade e resistência, será essencial para permitir que os operadores de segurança atuem de forma eficiente em condições climáticas adversas e ambientes de constante pressão. Essa padronização e cuidado na apresentação profissional dos agentes também contribuem para a projeção de uma imagem de seriedade e competência, aspectos indispensáveis para reforçar a confiança da população e das instituições nas operações conduzidas pela Polícia Federal.

3.14. Portanto, integrar a aquisição de vestuário adequado e outros recursos operacionais ao planejamento estratégico para as eleições de 2026 não apenas otimiza a eficiência das operações de segurança, mas também fortalece a credibilidade e a imagem institucional da Polícia Federal, reafirmando seu papel como guardião da segurança e da estabilidade em momentos críticos para o país.

3.15. Ternos, camisas sociais, sapatos e cintos fabricados com tecidos tecnológicos, leves e respiráveis são fundamentais para proporcionar conforto e mobilidade, mesmo em ambientes de altas temperaturas e umidade elevada. Além disso, esses itens devem oferecer durabilidade e resistência para suportar o desgaste diário das atividades de segurança, como movimentações constantes, exposição ao sol e ao calor, além de eventuais condições adversas.

3.16. A padronização do vestuário não é apenas uma questão estética ou institucional; ela também tem implicações diretas na segurança e no desempenho das operações. A identificação clara e uniforme dos operadores de segurança em ambientes movimentados e de alta visibilidade, como nos eventos da COP30 e do BRICS, contribui para a organização e a confiança das equipes e do público em geral. Além disso, a apresentação alinhada e profissional reflete valores fundamentais da Polícia Federal, como competência, organização e confiabilidade.

3.17. Portanto, a aquisição de vestuário padronizado que alie funcionalidade, conforto e adequação ao clima dos locais dos eventos em 2025 e 2026 é uma medida estratégica e imprescindível. Além de garantir condições ideais de trabalho para os operadores de segurança, essa iniciativa fortalece a imagem institucional da Polícia Federal, assegurando que os padrões de excelência sejam mantidos durante eventos de alta complexidade e relevância internacional.

Ternos para Operadores de Segurança de Dignitários

Especificação técnica para os materiais mais adequados para confecção

3.18. Por tudo exposto, após uma extensa prospecção de mercado conduzida diretamente junto a potenciais fornecedores, foram identificados os materiais mais adequados para a confecção de ternos e camisas destinados às atividades de segurança de dignitários realizadas pelos Policiais Federais. Este levantamento foi motivado pela necessidade de encontrar soluções que equilibrem conforto, funcionalidade e durabilidade, fatores cruciais para a performance dos agentes durante o cumprimento de suas missões, dentro da realidade em que se inserem.

3.19. Embora o conhecimento técnico aprofundado sobre materiais de vestimentas de passeio não seja um aspecto primordial das atribuições da Polícia Federal, o esforço foi direcionado à aquisição de soluções de mercado que atendam às necessidades específicas do efetivo policial. Para isso, foi essencial recorrer à expertise dos fornecedores especializados e à grande experiência prévia dos próprios Policiais Federais que utilizam trajes de passeio em suas atividades de segurança, incluindo o levantamento de opiniões e relatos de uso dos agentes que atuam diretamente nestas atividades, o que permitiu inferir que os principais aspectos a serem levados em consideração são, principalmente:

3.19.1. Durabilidade: Os materiais precisam resistir ao desgaste causado pelo uso constante e pela movimentação intensa.

3.19.2. Conforto: Ternos e camisas devem ser confortáveis o suficiente para o uso prolongado, inclusive em condições extremas de temperatura e umidade, sem comprometer a eficácia operacional.

3.19.3. Estética: A apresentação profissional é essencial, especialmente em eventos formais com grande visibilidade pública ou situações de interação diplomática.

3.19.4. Praticidade: Tecidos que amassam pouco e são fáceis de manter limpos foram amplamente valorizados.

3.20. Assim, com foco nas atividades ora os principais materiais têxteis aplicáveis aos trajes de passeio identificados em prospecção foram:

3.20.1. Poliviscose com elastano, Casimira importada, Lã fria ou Lã com elastano (terno): A lã foi considerada o material mais adequado para a confecção de ternos devido à sua capacidade de regular a temperatura corporal e oferecer conforto térmico em diferentes condições climáticas. A adição de elastano proporcionou flexibilidade e liberdade de movimentos, características indispensáveis para policiais que necessitam de mobilidade durante operações de segurança. Além disso, a lã é naturalmente resistente à amassadura, garantindo que o terno mantenha um aspecto profissional mesmo após longos períodos de uso. Da mesma forma, a Poliviscose com elastano se apresenta como um material de similares propriedades, com a vantagem de oferecer boa apresentação e ser mais resistente ao amarrotamento. As características do composto por 78% poliéster, 20% viscose e 2% elastano (Poliviscose com elastano) proveem vantagens em relação a outras alternativas amplamente utilizadas na confecção de ternos, como 100% poliéster e 100% lã, pois a composição proporciona um equilíbrio entre durabilidade, conforto, flexibilidade e estética, sendo uma opção versátil para ternos modernos e funcionais, o que proporciona um equilíbrio ideal entre durabilidade, conforto e flexibilidade. O poliéster, é uma fibra sintética amplamente utilizada devido à sua resistência, facilidade de manutenção e custo acessível; sua durabilidade e baixa absorção de umidade tornam o material ideal para roupas formais que exigem praticidade e longa vida útil. A viscose, fibra semi-sintética derivada da celulose, proporciona ao tecido um toque mais macio, além de melhorar o caimento e oferecer maior conforto térmico, o que contribui para a sensação de leveza e frescor, tornando o traje mais agradável para o uso prolongado. O elastano, é outra fibra sintética altamente elástica que adiciona flexibilidade ao tecido, aprimorando a mobilidade e o conforto do traje, provendo benefícios essenciais, como maior liberdade de movimento sem comprometer a forma do terno. Além disso, sua capacidade de recuperação permite que o tecido retorne à forma original após ser esticado, reduzindo o risco de deformidades e vincos permanentes. Outro benefício do elastano é o melhor ajuste ao corpo, garantindo um caimento mais anatômico que se adapta melhor à silhueta do usuário; sua elasticidade também reduz a tensão nas costuras, evitando rompimentos prematuros e aumentando a durabilidade da peça. Assim, a Poliviscose com elastano se destaca como uma excelente opção para ternos modernos, confortáveis e funcionais.

3.20.2. Mistura de algodão e poliéster (camisas): Para as camisas, a combinação de algodão e poliéster se destacou. O algodão proporciona conforto e suavidade em contato com a pele, enquanto o poliéster confere resistência e facilidade de manutenção, como a menor necessidade de passar e maior durabilidade. Essa combinação também contribui para a regulação térmica e a absorção da umidade, mantendo o agente seco e confortável durante atividades prolongadas. O tecido composto por 35% algodão e 65% poliéster, destacando oferece vantagens em termos de fixação da cor, resistência e conforto. Um possível explicação para isso é que o fio é fabricado de forma que o algodão seja trançado ao redor do poliéster, proporcionando o toque suave do algodão com a durabilidade do poliéster. No caso, o Poliéster (65%) contribui para maior resistência do material, menor encolhimento (mantém o formato original do tecido mesmo após lavagens sucessivas), menor propensão a amassar (facilita a manutenção das roupas, reduzindo a necessidade de passadoria frequente e garantindo uma aparência mais alinhada por mais tempo.) e melhor fixação da cor; já o Algodão (35%) oferece conforto, toque suave e respirabilidade, reduzindo o desconforto do contato com a pele. Dentro dessa categoria, o tricoline, composto por 35% algodão e 65% poliéster, destaca-se, portanto, como uma excelente opção para camisas sociais e uniformes corporativos. Esse equilíbrio entre conforto e resistência torna o tricoline uma escolha versátil, prática e de estética duradoura, ideal para o uso diário e operacional.

3.20.3. Tecido com tratamento antimicrobiano: Outra característica importante identificada foi o uso de tecidos tratados com tecnologia antimicrobiana, tanto para ternos quanto para camisas. Esses materiais ajudam a reduzir odores e aumentam a higiene, especialmente em situações de calor intenso ou durante longos períodos de operações.

3.20.4. Forro com tecnologia respirável: Os ternos produzidos com forro de tecido respirável também foram apontados como uma solução eficiente. Esse tipo de forro melhora a circulação de ar e previne o acúmulo de calor, tornando os ternos mais confortáveis para uso em climas quentes ou em situações de alta demanda física.

3.21. É correto afirmar, portando, que a prospecção de mercado revelou soluções modernas e funcionais que atendem às necessidades do efetivo policial voltado para Segurança de Dignitários. Embora o conhecimento técnico sobre vestimentas de passeio não seja o foco da Polícia Federal, o levantamento de informações junto a fornecedores especializados e a valorização da experiência dos policiais permitiram a identificação dos materiais que sejam mais próximos do ideal. Com essa iniciativa estima-se que será possível prover os Policiais Federais de modo que estejam bem equipados, confortáveis e preparados para desempenhar suas funções esperadas com excelência.

A importância do Princípio da Padronização (art. 47 da Lei nº 14.133/2021) na aquisição de vestuário para os Operadores de Segurança

3.22. Tendo em vista o Princípio de Padronização previsto no inciso I do art. 47 da Nova Lei de Licitações-NLLC nº 14.133/21, deve ser observada pela Administração, como objetivo primordial, a compatibilização de especificações técnicas e de desempenho, ou seja, a utilização de um traje de passeio comum para os operadores de Segurança de Dignitários, com base técnica pautada pela Portaria nº 002-CPP/DIREX/PF, de 23 de dezembro de 2021, que padroniza os trajes e uniformes a serem utilizados pelos Policiais Federais durante a execução de operações de proteção à pessoa. Nisso, tal princípio visa propiciar à Administração a consecução mais econômica e vantajosa de seus fins, servindo como ferramenta de racionalização da atividade administrativa, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos.

3.23. Para que a Polícia Federal esteja apta a cumprir as suas missões institucionais, é imprescindível que ela esteja devidamente constituída de recursos humanos treinados e bem equipados. Um equipamento completo, eficiente e de qualidade, significa não só o êxito da missão, como também a proteção da vida e da imagem do Policial. Nas diversas operações realizadas pela Polícia Federal, os policiais frequentemente enfrentam situações em que há grande risco para sua vida aliada à exposição da imagem da instituição, sendo o equipamento de porte crucial para sua proteção e segurança individual, além de ser o "cartão de visita" da instituição frente à sociedade.

3.24. A utilização de uniformes padronizados reduz o risco nas missões e identifica os policiais federais no cumprimento de suas funções, colaborando diretamente para a segurança e para o sucesso da ação. Cabe ressaltar que a identificação visual propicia à população referências positivas acerca das operações desencadeadas pela instituição, sendo, por conseguinte, preponderante para o sucesso de suas atribuições legais e para o reforço da imagem do Estado Brasileiro perante o cidadão. Além da segurança dos policiais, a utilização de uniformes em operação de segurança de autoridades, muitas delas com lapsos temporais contínuos e longos, deve proporcionar o bem estar mínimo do policial federal no cumprimento de seu dever funcional, devendo prever a tecnologia necessária para facilitar a mobilidade e não dificultar a utilização por focos causadores de desconforto.

3.25. No contexto da aquisição de vestuário para os operadores de segurança da Polícia Federal que atuarão nos eventos de 2025, como a COP30 e as reuniões do BRICS, o respeito ao princípio da padronização adquire ainda mais relevância. A padronização do vestuário cumpre não apenas uma função estética e institucional, mas também operacional e estratégica, com impacto direto na eficiência das atividades e na imagem da instituição perante a sociedade e a comunidade internacional.

3.26. Conforme o artigo 47 da Lei nº 14.133/2021, a padronização deve levar em consideração critérios técnicos que atendam à finalidade específica do objeto contratado. No caso dos ternos, camisas, sapatos e demais acessórios destinados aos operadores de segurança, essa padronização deve considerar fatores como:

3.26.1. Adequação ao uso tático: O vestuário deve ser funcional, garantindo mobilidade, conforto e resistência para atender às exigências do trabalho operacional em diferentes contextos, incluindo atividades em ambientes urbanos e em condições climáticas adversas. Isso inclui a necessidade de uso de prendedor de gravatas, para se evitar que em momentos de movimentação extrema ou ventos intensos a gravata possa se deslocar e vir a atrapalhar o operador (tampando a visão ou dando margem para que terceiros possam puxar o operador pela gravata, por exemplo).

3.26.2. Conforto térmico e adequação ao clima: Como os eventos ocorrerão em locais com condições climáticas específicas, como o calor e a umidade da região amazônica em Belém, é imprescindível que o vestuário seja confeccionado com materiais respiráveis e de alta tecnologia, que proporcionem conforto ao operador sem comprometer a funcionalidade.

3.26.3. Durabilidade e economicidade: A padronização assegura que os materiais adquiridos possuam qualidade adequada, garantindo maior durabilidade e menor necessidade de reposição ou manutenção, o que gera economia aos cofres públicos.

3.26.4. Identidade institucional: Um vestuário padronizado reflete diretamente na imagem institucional da Polícia Federal, transmitindo organização, profissionalismo e confiança, especialmente em eventos de grande visibilidade internacional. A uniformização também facilita a identificação dos operadores de segurança, contribuindo para a segurança das operações.

3.27. Ao aplicar o princípio da padronização no processo de aquisição de vestuário para os operadores de segurança, a Administração alinha-se a critérios técnicos e objetivos que garantem a entrega de materiais de qualidade, maximizam o uso eficiente dos recursos públicos e asseguram que os policiais possam desempenhar suas funções com excelência.

3.28. Portanto, a observância do artigo 47 da Lei nº 14.133/2021 é essencial para que a contratação de itens de vestuário atenda às necessidades específicas da função de segurança de dignitários, conferindo legitimidade ao processo licitatório e contribuindo para a eficiência e eficácia das atividades da Polícia Federal em eventos de alta relevância.

Critérios técnicos para especificação

3.29. Definir as necessidades operacionais do Policial é o ponto de partida para buscar a devida especificação do equipamento apropriado para o fim a que se destina e a partir daí é que serão descritas as minúcias de ordem técnica em prol da correta listagem dos requisitos do objeto. Sendo assim, deve-se arrolar os diversos requisitos mínimos do material pretendido, de forma extensiva, em conjunção com suas finalidades para futura aferição da devida funcionalidade. Da mesma forma, o ajuste adequado é importante não só para conforto e funcionalidade, mas também para a segurança.

3.30. Além disso, deve-se atentar para os padrões institucionais definidos como regra para a implementação dos equipamentos a serem destinados para o efetivo especializado. Neste caso, trata-se da Portaria nº 002-CPP /DIREX/PF, de 23 de dezembro de 2021, que padroniza os trajes e uniformes a serem utilizados pelos Policiais Federais durante a execução de operações de proteção à pessoa. Devem, portanto, os trajes conter, no mínimo, as seguintes características, conforme artigo 2º da referida Portaria e detalhamento mais aprofundado contido no Anexo I deste Estudo:

3.30.1. terno de cor escura (preto, cinza chumbo ou azul escuro) e liso;

3.30.2. camisa social manga longa e lisa, de cor clara (branco, azul claro ou cinza claro);

3.30.3. gravata de cor escura, lisa e discreta;

3.30.4. sapato social na cor preta (com cadarço e sola em borracha);

3.30.5. meia na cor preta;

3.30.6. cinto preto; e

3.30.7. coldre externo com no mínimo uma trava, que deverá ser preso ao cinto e, quando velado, poderá ser usado de cintura ou axilar, desde que discreto e com sistema de travamento que impossibilite outra pessoa sacar a arma.

Necessidade de contratar uma empresa especializada para fornecer "kits terno" em âmbito nacional

3.31. A aquisição de vestuário padronizado para os operadores de segurança de dignitários da Polícia Federal é um projeto que requer atenção especial à logística e à qualidade. Para assegurar que todos os policiais federais lotados nos Núcleos de Segurança de Dignitários (NSDs) e nos Grupos de Segurança de Dignitários (GSDs), em cada estado da federação, recebam vestimentas adequadas e padronizadas, é fundamental contratar uma empresa especializada que seja capaz de atender, em nível nacional, à complexidade e às exigências do processo.

Tomada de medidas e fabricação personalizada

3.32. A função dos operadores de segurança de dignitários exige que suas vestimentas sejam não apenas padronizadas, mas também sob medida, de modo a garantir conforto, ajuste perfeito e funcionalidade. Para isso, é indispensável que a empresa contratada tenha capacidade logística para realizar a tomada de medidas de cada policial em suas respectivas lotações, nos diversos estados do país. Além disso, a entrega deve ser feita de forma personalizada, garantindo que cada operador receba seu "kit terno" completo, seja masculino ou feminino, com todos os itens devidamente confeccionados de acordo com suas necessidades individuais.

3.33. Essa abordagem personalizada não apenas assegura o conforto dos operadores, mas também evita transtornos operacionais que poderiam surgir de vestuário inadequado ou mal ajustado, garantindo que cada profissional esteja devidamente equipado para exercer suas funções com eficiência.

Agrupamento dos itens no "kit terno"

3.34. Outro aspecto essencial é a necessidade de agrupar, em um único pacote licitatório, todos os itens que comporão o "kit terno". Esse kit deve incluir ternos, camisas sociais, cintos e outros acessórios necessários para o desempenho das funções. A razão para essa abordagem é clara: os itens são complementares e devem ser usados de forma integrada. Não faz sentido fornecer, por exemplo, apenas os ternos sem os sapatos ou cintos adequados, pois isso comprometeria a uniformidade visual e a funcionalidade prática que se busca alcançar.

3.34.1. Além do kit terno, os itens 9 e 10 também formarão um grupo à parte, pois tratam de itens relacionados ao armamento dos servidores.

3.35. Ao garantir que todos os itens sejam fornecidos de forma conjunta, elimina-se o risco de disparidades entre operadores, assegurando que todos recebam o mesmo padrão de qualidade e que a padronização visual e funcional seja plenamente atendida. Essa medida também facilita a gestão logística e administrativa do fornecimento, além de promover maior eficiência no processo de aquisição.

Garantia de qualidade para evitar substituições por itens pessoais

3.36. Uma vez que o objetivo da aquisição é uniformizar as vestimentas dos operadores de segurança, é crucial que todos os itens entregues sejam de ótima qualidade. Isso não se trata apenas de uma questão estética, mas também de funcionalidade e aceitação por parte dos operadores.

3.37. Se os itens fornecidos não atenderem a altos padrões de qualidade, há o risco de que os operadores optem por utilizar peças de uso pessoal em detrimento dos itens entregues pela administração pública. Isso comprometeria não apenas a uniformidade visual da equipe, mas também a imagem institucional da Polícia Federal. Portanto, a qualidade dos materiais deve ser uma prioridade absoluta, com tecidos, cortes e acabamentos compatíveis com as exigências da função e das condições operacionais a que os operadores estão submetidos.

3.38. A contratação de uma empresa especializada para fornecer "kits terno" em âmbito nacional, com itens sob medida e de qualidade superior, é essencial para garantir a uniformidade, o conforto e a funcionalidade dos operadores de segurança de dignitários da Polícia Federal. A centralização do fornecimento e o agrupamento dos itens no mesmo pacote licitatório asseguram que todos os operadores sejam atendidos de forma equitativa e eficiente, enquanto a padronização de alta qualidade fortalece a imagem institucional e promove a aceitação dos materiais entregues.

3.39. Esse planejamento, alinhado aos princípios da eficiência, economicidade e padronização previstos na Lei nº 14.133/2021, contribui diretamente para o sucesso das operações de segurança e para a projeção de uma imagem de profissionalismo e excelência da Polícia Federal perante a sociedade e a comunidade internacional.

Locais de tomada de medida e entrega dos "kits terno"

3.40. Deverá a contratada dispor de locais adequados para tomada de medidas corporais e entrega dos kits aos operadores contemplados nas proximidades de cada um dos locais abaixo relacionados. Destaca-se que a contratada, caso não disponha de loja física em alguma das proximidades dos locais abaixo, poderá realizar as tomadas de medidas por local adequado indicado e realizar a entrega ou diretamente nas lotações dos Policiais Federais, ou centralizada em Brasília-DF, conforme acordado entre as partes.

Tabela 01 - Lista de Unidades da Polícia Federal com possibilidade de existência de NSD ou GSD

Local	Cidade	UF	Endereço	CEP	Telefone
Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre	Rio Branco	AC	Rodovia BR 364, nº 3501 - Pedro Roseno	69915-630	(68) 3212-1200 / 1230
Superintendência Regional de Polícia Federal em Alagoas	Maceió	AL	Avenida Walter Ananias, nº 705 - Jaraguá	57022-065	(82) 3216-6767 / 6729
Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas	Manaus	AM	Av. Domingos Jorge Velho, nº 40, Conj. D. Pedro II - Planalto	69042-470	(92) 3655-1502 / 1523 / 1599
Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá	Macapá	AP	Entroncamento das Rodovias Norte-Sul e BR-210, s/n - Infraero	68908-910	(96) 3213-7501
Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia	Salvador	BA	Avenida Antônio Carlos Magalhães, 1113, Anexo III do Conjunto Pituba - Itaigara	41825-000	(71) 3319-6002
Superintendência Regional de Polícia Federal no Ceará	Fortaleza	CE	Avenida Borges de Melo, 820 - Aeroporto	60415-510	(85) 3392-4972
Diretoria de Proteção à Pessoa	Brasília	DF	SCN Quadra 4 Bloco A Torres B, C e D do Edifício Multibrasil Corporate - Asa Norte	70714-903	(61) 2024- 8000 / 9035
Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo	Vila Velha	ES	Rua Vale do Rio Doce, 1 - São Torquato	29114-105	(27) 3041-8000 / 8032 / 8033 / 8030
Superintendência Regional de Polícia Federal em Goiás	Goiânia	GO	Avenida Edmundo Pinheiro de Abreu, 826 - Setor Pedro Ludovico	74823-032	(62) 3240-9615
Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão	São Luís	MA	Avenida Daniel de La Touche, 4000 - Cohama	65074-115	(98) 3131-5100 / 5103
Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais	Belo Horizonte	MG	Rua Nascimento Gurgel, 30 - Gutierrez	30441-170	(31) 3330-5200 / 5201
Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul	Campo Grande	MS	Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho	79110-503	(67) 3368-1100 / 1140

Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso	Cuiabá	MT	Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.205 - Baú	78008-902	(65) 3927-9105 / 9165
Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará	Belém	PA	Avenida Júlio César, 3251 - Maracangalha	66110-015	(91) 3214-8000 / 8014 / 8016
Superintendência Regional de Polícia Federal na Paraíba	João Pessoa	PB	Rua Aviador Mário Vieira de Melo, s/n, Rodovia BR 230, km 16,5 - João Agripino	58034-045	(83) 3565-8452 / 8453 / 8454
Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco	Recife	PE	Avenida Engenheiro Antônio de Góes, nº 60 - Pina - Empresarial JCPM	51010-000	(81) 2137-4001 / 4002
Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí	Teresina	PI	Avenida João XXIII, 4500 - Recanto das Palmeiras	64045-795	(86) 2106 4972
Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná	Curitiba	PR	Rua Professora Sandália Monzon, 210 - Santa Cândida	82640-040	(41) 3251-7800 / 7801 / 7802
Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ	Av. Rodrigues Alves, nº 1 - Centro	20081-250	(21) 2203-4001
Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Norte	Natal	RN	Rua Doutor Lauro Pinto, 155 - Lagoa Nova	59064-165	(84) 3204-5501 / 5502 / 5604
Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia	Porto Velho	RO	Avenida Lauro Sodré, 2905 - Nacional	76802-449	(69) 3216 6202 / 6225
Superintendência Regional de Polícia Federal em Roraima	Boa Vista	RR	Avenida Brasil, 551 - Treze de Setembro	69308-050	(95) 3621-1515 / 1502 / 1521
Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul	Porto Alegre	RS	Avenida Ipiranga, 1365 - Azenha	90160-093	(51) 3235-9001 / 9003
Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina	Florianópolis	SC	Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744 - Agronômica	88025-255	(48) 3281-6500 / 6502 / 6503
Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe	Aracaju	SE	Avenida Augusto Franco, 2260 - Siqueira Campos	49075-100	(79) 3234-8580
Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo	São Paulo	SP	Rua Hugo D'Antola, nº 95 - Lapa de Baixo	05038-090	(11) 3538-5000 / 5927
Superintendência Regional de Polícia Federal no Tocantins	Palmas	TO	Quadra 103 Sul (ACSO1), Avenida LO 01, Lote 53 - Centro	77015-028	(63) 3236-5415 / 5400

Importância dos Testes de Amostras do Vestuário

3.41. Realizar testes de uso nas amostras de ternos destinados aos operadores de segurança de dignitários é uma etapa crucial no processo de aquisição, pois permite avaliar a funcionalidade, o conforto e a durabilidade das peças em condições de trabalho. Esses profissionais precisam de vestimentas que aliem discrição, elegância e, acima de tudo, alta performance, já que enfrentam rotinas que exigem movimentação intensa, postura impecável e prontidão em diversos ambientes e climas. Testar as amostras garante que os tecidos escolhidos tenham propriedades essenciais, como resistência à abrasão, flexibilidade e boa respirabilidade, evitando desconfortos ou limitações que possam comprometer o desempenho. Destaca-se que o Estatuto das Licitações e Contratos previu a possibilidade de exigir amostras (§3º do art. 16 da Lei 14.133/2021), conforme transcrição abaixo:

§ 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

3.42. Além disso, a análise prática possibilita identificar ajustes necessários no corte ou nos acabamentos, otimizando a adaptação ao perfil físico dos agentes e aumentando a vida útil dos ternos, mesmo em situações de uso contínuo. A segurança dos dignitários está diretamente relacionada à capacidade de seus operadores de atuarem sem restrições impostas pela vestimenta, o que torna indispensável assegurar que os ternos atendam às exigências específicas da atividade antes de serem adquiridos em larga escala.

3.43. Baseando-se nas informações supra, é altamente recomendável - senão necessário - que amostras dos materiais sejam submetidas a testes de usabilidade com critérios de avaliação especificamente dimensionados considerando-se as realidades de atuação dos Policiais Federais regulares em nível nacional, na medida da possibilidade. Assim, no Termo de Referência deverão ser detalhados os testes a serem executados em sede de aferição da devida usabilidade do conjunto, juntamente com a ficha do avaliador de usabilidade dos trajes a serem adquiridos, conforme detalhamento da Nota Técnica - Testes de Uso de Ternos (39683745).

3.44. Para tanto, é necessário envio por parte da empresa colocada em primeira posição no pregão do número de amostras compatível com o número de operadores que realizarão a avaliação, observando-se a necessidade de envio de amostras para o sexo feminino. Maiores detalhes constam em anexo específico destes Estudo sobre Testes de Uso doravante apresentado.

ITENS PARA SUPORTE OPERACIONAL E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA E BEM-ESTAR DE AUTORIDADES E OPERADORES DA POLÍCIA FEDERAL

3.45. A atuação da Polícia Federal na segurança de dignitários exige não apenas medidas estratégicas e operacionais, mas também a alocação de recursos que garantam a proteção lato sensu, o conforto e o bem-estar tanto das autoridades sob tutela quanto dos policiais encarregados de sua segurança. Como bem exposto anteriormente, o Brasil é um país de dimensões continentais, sujeito a diferentes condições climáticas ao longo do ano e em suas diversas regiões, abarcando ocorrência de chuvas intensas, como as comuns na Amazônia e no litoral, bem como o calor extremo e a umidade elevada em diversas capitais, fatores estes que exigem medidas por parte dos Policiais Federais para assegurar o conforto e a dignidade das autoridades protegidas.

3.46. Além disso, a disponibilização de itens como sombrinhas, toalhas e lenços umedecidos se mostram como uma medida estratégica para a proteção, sendo essenciais para evitar que as autoridades sejam expostas a intempéries, o que poderia comprometer sua apresentação e, em alguns casos, sua integridade psicológica e profissional diante de compromissos oficiais, sendo instrumentos muito eficazes contra ataques políticos à imagem do dignitário. Incidentes como os registrados contra o ex-presidente Jair Bolsonaro[8], o presidente francês Emmanuel Macron[9], o presidente Luiz Inácio Lula da Silva[10] e o ex-governador João Dória[11], que foram alvos de ovos arremessados em eventos públicos, demonstram a necessidade de uma resposta rápida para minimizar impactos à dignidade e à apresentação do protegido. Nestes casos, o uso imediato de sombrinhas pode servir como barreira física contra objetos lançados, enquanto toalhas e lenços umedecidos permitem uma limpeza ágil e eficiente, evitando que a autoridade permaneça exposta a constrangimentos perante a mídia e o público. Dessa forma, esses itens tornam-se ferramentas eficazes (senão essenciais) para a

equipe de segurança, garantindo que o dignitário mantenha sua imagem e postura institucional mesmo diante de incidentes políticos inesperados. Da mesma forma, lenços umedecidos e toalhas garantem a manutenção da higiene pessoal, permitindo que as autoridades possam se recompor rapidamente em situações de calor extremo, transpiração excessiva ou eventual contato com sujeira ou poeira; a Polícia Federal, ao zelar pela segurança e imagem das autoridades protegidas, deve estar preparada para oferecer soluções imediatas que preservem sua dignidade e conforto, contribuindo para um ambiente mais seguro e profissional durante deslocamentos e eventos oficiais.

3.47. As imagens abaixo ilustram bem como a manutenção da incolumidade moral do dignitário deve ser protegida pelos agentes de segurança aproximada, além de demonstrarem a importância que há na disponibilidade de recursos simples ao alcance da equipe para se mitigar ou evitar os danos causados por ataques à imagem da autoridade, tal como se por observar como o mero uso de guarda-chuvas pode evitar a exposição do protegido em situações de criticidade.



Figura 11 - Presidente francês Emmanuel Macron sendo atingido por ovos em público. A foto demonstra bem como a imagem e a dignidade do protegido é ultrajada em situações como essa.



Figura 12 - Manifestantes jogaram ovos em direção ao Presidente Lula, então candidato, durante o pleito eleitoral de 2018. Sombrinhas foram eficazes para conter a agressão.

3.48. A disponibilidade de equipamentos de Atendimento Pré-Hospitalar tático (APH tático) para emergencial em campo é crucial na atividade Policial - o que não é diferente na de segurança de autoridades -, garantindo uma resposta imediata em situações críticas que possam comprometer a vida do protegido. Acidentes veiculares, comuns em deslocamentos de alto risco, podem resultar em traumas graves que exigem intervenção rápida até a chegada do atendimento médico especializado. Também, a possibilidade de atentados contra a vida das autoridades, como os ocorridos contra o ex-presidente Jair Bolsonaro[12] durante o pleito eleitoral de 2018 e contra o presidente americano Donald Trump em 2024[13] , reforça a necessidade de que os operadores de segurança estejam preparados para atuar em cenários de emergência.



Figura 13 - O presidente americano Donald Trump sofreu ferimento de disparo de fuzil durante evento do pleito eleitoral do país, em 2024.

3.49. A segurança de dignitários exige que a Polícia Federal esteja preparada para responder rapidamente a qualquer emergência médica que possa surgir durante deslocamentos ou eventos. O uso de kits individuais de primeiros socorros (Individual First Aid Kit - IFAKs) contendo torniquetes, curativos hemostáticos, bandagens compressivas e equipamentos para controle de vias aéreas etc., permite que os policiais atuem de forma eficaz nos primeiros minutos após um incidente, aumentando as chances de sobrevivência e reduzindo impactos à integridade física da autoridade protegida. Essa abordagem não apenas fortalece a capacidade operacional da equipe, mas também assegura um nível superior de proteção e profissionalismo na salvaguarda das autoridades sob tutela da Polícia Federal.

3.50. Dada a exposição prolongada ao sol a que os operadores de segurança de dignitários estão sujeitos em eventos ao ar livre, deslocamentos e escoltas, é essencial garantir a proteção da saúde desses profissionais contra os efeitos nocivos da radiação solar. Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), o câncer mais incidente no país é o de pele não melanoma, representando 31,3% dos 704 mil casos novos de câncer no Brasil previstos para cada ano do triênio 2023-2025[14], que é mais comum em pessoas com mais de 40 anos, de pele clara e sensíveis à ação dos raios solares[15], justamente no espectro etário e racial onde se enquadra a maioria do efetivo Policial Federal da atualidade.



Figura 14 - Policiais Federais atuando em exposição intensa ao sol, durante trabalhos de segurança do então candidato à Presidência da República, em 2018, Jair Bolsonaro[16].



Figura 15 - Policial Federal atuando em exposição intensa ao sol, com o traje de passeio padrão e carregando equipamento antidrone no local da chegada do Presidente da República para a posse, em 2023[17].

3.51. A Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) recomenda o uso de filtros solares com FPS mínimo de 30[18] para proteção adequada contra os raios UVA e UVB, especialmente em ambientes tropicais e de alta exposição ao sol, como é o caso do Brasil, em razão de ser eficaz para prevenir os males provocados pela exposição solar, como o câncer da pele, o envelhecimento precoce e a queimadura solar. O filtro solar deve ser escolhido considerando a tonalidade e o tipo de pele. Quanto mais clara for uma pessoa, maior o FPS de que ela precisará; em razão da grande amplitude do espectro fenotípico em relação à cor da pele dos Policiais do efetivo, havendo grande quantidade de operadores com pele clara, recomenda-se o uso de fotoprotetores com FPS 50. Além disso, o filtro solar deve ser resistente à água e ao suor, garantindo proteção duradoura durante o período de trabalho dos policiais.

3.52. A escolha de um filtro solar leve e discreto possibilita seu uso diário sem comprometer o traje social dos operadores, assegurando que a proteção seja eficaz sem interferir na apresentação profissional. Além da prevenção contra queimaduras solares e danos à pele, o uso do filtro reduz riscos de insolação e fadiga térmica,

contribuindo para a manutenção da saúde e do desempenho dos policiais em serviço. Assim, para a escolha correta e eficaz, deve-se definir o FPS, a proteção em relação aos raios UVA (PPD) e com resistência à água. Com a informação de que os raios UVA também contribuem para o risco de câncer da pele, de acordo com diretriz da Anvisa, nova legislação de filtros solares exige que tudo que o produto anunciar no rótulo, deve ter testes comprobatórios e que o valor do PPD, que mede a proteção UVA, deve ser, sempre, no mínimo 1/3 (um terço) do valor do FPS[19]. Também, em virtude da natureza dos serviços de segurança, deve-se considerar a escolha de um filtro solar que apropriado para uso em intensa atividade física e em locais propícios ocasionar suor frequente.

3.53. Para garantir a organização e o rápido acesso a esses materiais essenciais à segurança e bem-estar das autoridades e dos policiais, é necessário que cada viatura utilizada no transporte de dignitários disponha de uma bolsa tática de ao menos 70 litros na cor caqui, que servirá para armazenar e transportar os itens citados anteriormente (guarda-chuvas, capas de chuva, toalhas, lenços umedecidos, entre outros), além de outros materiais operacionais de uso dos policiais, permitindo que tudo esteja acessível de forma prática e ordenada. É necessário que a bolsa disponha de dimensões adequadas para comportar as sombrinhas e toalhas, além de ter sua construção de tal modo que auxilie a boa disposição dos materiais internamente, proteja contra água e seja de fácil manuseio pelos usuários (alças de mão e ombro; zíperes duplos etc.), além de ser fabricada com materiais de qualidade para manter boa durabilidade do equipamento.

3.54. A escolha da cor caqui se justifica pela aliança entre discrição e facilidade de visualização rápida que a cor fornece em meio às demais cores e ambientes escuros em que se encontrará o equipamento, como portamalas do veículo que transporta a autoridade, por exemplo; ao se destacar frente aos outros equipamentos utilizados nas operações, a equipe de proteção terá maximizada operacionalidade com a bolsa, garantindo profissionalismo e organização no ambiente operacional.

IMPORTÂNCIA DO USO DE COLDRES OSTENSIVOS SEGUROS E ESPECIFICOS PARA ATIVIDADES DE SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

3.55. A escolha do coldre adequado para os policiais que atuam na segurança de dignitários é fundamental para garantir não apenas a segurança do armamento e do operador, mas também a discrição, a apresentação profissional e a proteção do vestuário e dos equipamentos utilizados no serviço. Diante disso, justifica-se a aquisição de coldres ostensivos com dispositivo de retenção (travamento) com acionamento pelo polegar e revestimento externo em couro ou nylon, projetados especialmente para uso com trajes de passeio, com sistema de fixação pelo cinto ou axilar (quando velado).

3.56. Essa conjunto de especificações tem seus pilares fundados pela Portaria nº 002-CPP/DIREX/PF, de 23 de dezembro de 2021, que prescrevem as condições técnicas para escolha de coldres para estas atividades especializadas, conforme abaixo:

"coldre externo com no mínimo uma trava, que deverá ser preso ao cinto e, quando velado, poderá ser usado de cintura ou axilar, desde que discreto e com sistema de travamento que impossibilite outra pessoa sacar a arma;"

3.57. De fato, é fácil notar a grande importância de um equipamento de boa qualidade quando se faz um comparativo das necessidades expressas pelas exigências técnicas supra com a realidade dos policiais em atuação profissional em lato sensu. Já foram registrados inúmeros casos (no Brasil e no mundo afora) de tentativa de subtração de armamento curto (pistolas e revólveres) dos policiais, por parte de populares em situação de delinquência, em cujos desfechos não houve desgraças contra as vidas dos policiais (ou de terceiros) graças ao uso dos coldres com qualidade suficiente para evitar saques não autorizados pelo operador. Houve também, infelizmente, o registro de casos em que criminosos lograram êxito em sacar armas de Policiais Rodoviários Federais, em Fortaleza-CE foram mortos por um morador de rua que, durante resistência aproximada à abordagem dos policiais, conseguiu sacar a arma de um deles de seu coldre matando-os em seguida com disparos do armamento[20]. Outro caso similar aconteceu em São Paulo-SP, quando um bandido conseguiu sacar a arma de um Policial Militar, durante abordagem aproximada, alvejando-o e a outro policial da patrulha. Os policiais não morreram, apesar de um ter sido atingido com um disparo e outro com três

[21]. Embora haja registros de diversos outros eventos similares a estes, bastaria a própria imaginação para ser verossímil a possibilidade de ocorrências desta natureza, o que seria suficiente para justificar a dotação dos policiais com coldres e equipamentos de segurança com a melhor qualidade e tecnologia disponíveis.



Figura 16 - Criminoso consegue sacar arma de Policial Militar durante abordagem, em São Paulo.

3.58. É correto dizer que esse risco não só é real para as atividades de Segurança de Dignitários realizadas pela Polícia Federal, como também é muito mais acentuado e cujas consequências podem ser infinitamente mais críticas, pois há nestes casos pessoas de alto nível de notoriedade (na maioria das vezes) sob proteção individual do Estado, além de muitas vezes estas atividades serem desempenhadas no meio de multidões, como visto na figura 14.

3.59. Por óbvio que para se atingir a excelência deve-se buscar referências nos melhores exemplos de praticantes do ofício. No caso de segurança de dignitários, o Serviço Secreto dos Estados Unidos (United States Secret Service - USSS) é o instituto de maior notoriedade, pois, dentre outros fatores, é responsável pela proteção da vida da pessoa ocupante do cargo mais poderoso do mundo: o Presidente dos Estados Unidos da América. Muito se ficou em evidência sua atuação durante o episódio do atentado contra a vida do atual Presidente Donald Trump, em 2024 [22]. Na imagem abaixo, pode-se exemplificar bem o tipo de equipamento que seus agentes portam, estando em evidência o coldre e os ternos; de pronto observa-se que, além das necessidades técnicas e operacionais para o vestuário (elasticidade, boa apresentação e resistência), o coldre para a atividade de Segurança de Dignitários deve aliar mobilidade, operacionalidade, conforto, ergonomia, segurança de retenção adequada, discrição e boa apresentação profissional.



Figura 17 - Agentes do Serviço Secreto Americano (USSS) em proteção ao então candidato Donald Trump, durante ato de campanha em 2024, alvo de disparos de fuzil.

Segurança e sistema de retenção

3.60. Ao selecionar um coldre ostensivo, o principal fator a ser considerado é a segurança. Diversos aspectos influenciam o nível de proteção que o coldre proporciona, desde o sistema de fixação ao equipamento até as áreas que resguardam a arma e os mecanismos de retenção incorporados. Esses elementos são determinantes para definir o Nível de Retenção, garantindo que a arma permaneça segura e acessível apenas ao operador autorizado[23] .

3.61. A segurança do armamento é uma prioridade nas operações de segurança de dignitários, tornando essencial o uso de coldres com sistema de retenção confiável. O modelo proposto, com base na Portaria nº 002-CPP/DIREX/PF, de 23 de dezembro de 2021, deve conter trava de segurança com um nível de retenção, liberada exclusivamente pelo polegar e com sistema de travamento pela janela de ejeção do armamento. Esta especificação por si abarca uma diversidade enorme de coldres, incluindo aqueles que não são adequados para o uso a que se destina por ora. Deve-se, portanto, pormenorizar os diferentes tipos de coldre, principalmente relacionados à natureza da retenção, para que se enquadre o modelo ideal uso em Segurança de Dignitários.

3.62. Em primeira análise, os coldres apresentados nas imagens abaixo possuem sistemas de retenção baseados em travamento mecânico realizado através de bloqueio do guarda-mato com dispositivo de liberação acionado pelo dedo indicador. Este tipo de mecanismo visa equilibrar segurança e rapidez no saque da arma, especialmente para profissionais que necessitam de acesso rápido ao armamento; ocorre, no entanto, que esse sistema apresenta riscos significativos, particularmente em situações de estresse extremo, tornando-se um ponto de preocupação para o Operador.

3.63. Esse sistema de liberação quando pressionado pelo dedo indicador levanta questões críticas acerca da segurança de manuseio do armamento:

3.63.1. Proximidade do Gatilho: O acionamento da trava ocorre próximo à região do gatilho. Sob estresse, o operador pode, involuntariamente, pressionar o gatilho no momento do saque, resultando em disparos acidentais.

3.63.2. Reação Fisiológica ao Estresse: Em situações de confronto, a tendência à contração muscular involuntária pode levar a um acionamento prematuro do gatilho ao liberar a arma do coldre.

3.63.3. Treinamento Intensivo Necessário: A utilização segura desses coldres exige um treinamento rigoroso para minimizar erros. No entanto, mesmo operacionais experientes podem cometer equívocos sob pressão.

3.63.4. Risco Aumentado pelo Posicionamento do Dispositivo de Destravamento: Coldres com o sistema de destravamento pelo dedo indicador tendem a ser mais inseguros por conta de o dedo responsável pelo destravamento ser o mesmo dedo que faz o acionamento do gatilho, o que em situações de estresse do operador pode induzir ao risco de o operador realizar um acionamento prematuro do gatilho em virtude da necessidade de usar o reflexo do dedo indicador para o saque, o que pode ocasionar disparos acidentais. Esse risco é ainda maior em coldres em que este dispositivo de destravamento é na mesma direção do espaço do guarda-mato, e não na direção do chassi do armamento, de modo que aumenta a chance de o dedo indicador adentrar no guarda-mato como reflexo posterior ao destravamento.



Figura 16 - Operador realizando saque com coldre com sistema de destravamento pelo dedo indicador - perspectiva das linhas de ação da tecla do gatilho e da tecla do sistema de destravamento do coldre.



Figura 17 - Ilustração da linha de ação sistema de destravamento pelo dedo indicador sobreposta à linha de ação do gatilho.

3.64. Para operadores que atuam na Segurança de Dignitários, outras opções de coldres podem ser mais seguras, dentre elas destacam-se os de acionamento através do polegar:

3.64.1. Coldres com retenção por pressão no polegar: permitem um saque rápido sem o risco de pressionamento involuntário do gatilho.

3.64.2. Coldres com sistema ALS® (Automatic Locking System) da Safariland®: Esse sistema utiliza uma trava que é liberada pelo polegar, proporcionando segurança e rapidez no saque, sem o risco de acionamento involuntário do gatilho. A diferença desse mecanismo é que não se exige pressão no polegar, mas um simples movimento de alavanca na tecla de destravamento para desativar a trava, que atua na estrutura mecânica da janela de ejeção.



Figura 18 - Peça em vermelho indicando o sistema de travamento ALS® (Automatic Locking System) da Safariland®

3.65. A tecnologia ALS® (Automatic Locking System) da Safariland® oferece vantagens significativas em relação aos outros modelos de retenção. Ele mantém a arma firmemente presa até que o operador ative a liberação por meio de um movimento natural do polegar. Isso elimina quase por completo o risco de disparo acidental ao retirar a arma, pois a mão do operador já estará em uma posição ideal e segura para assumir o controle total da empunhadura, sem necessidade de ativação do dedo indicador de forma prematura, pois oferece um saque extremamente rápido e intuitivo, mantendo um nível elevado de segurança no manuseio do equipamento. Assim, a tecnologia oferece fácil adaptação ao saque em diferentes posições e ângulos, e assegura que o policial mantenha controle total sobre seu armamento mesmo em situações adversas, como tentativas de desarme ou confronto corporal próximo.

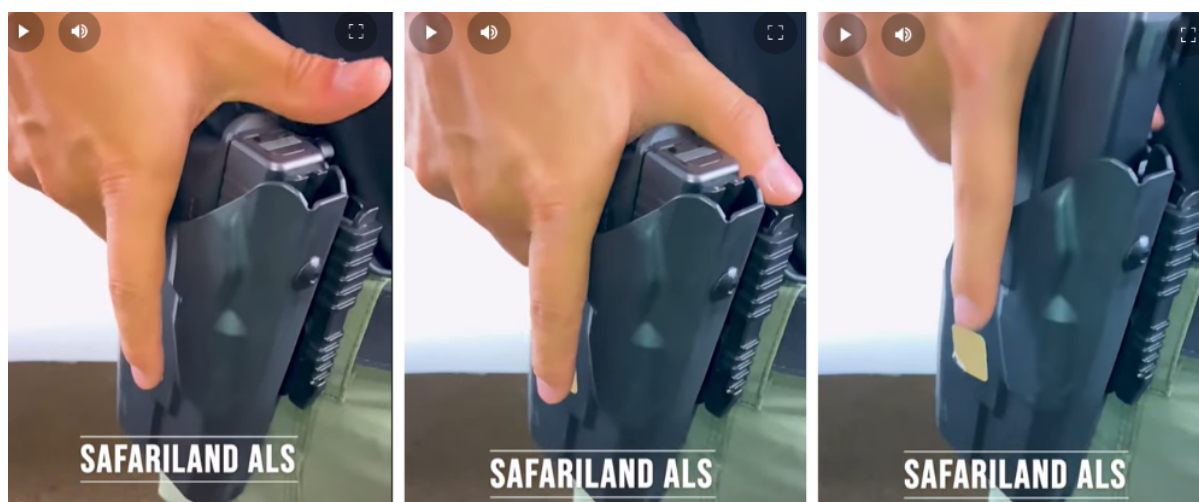


Figura 19 - Da esquerda para direita, sequência de imagens ilustrativas do saque com coldre com sistema ALS®.

3.66. Assim, diferentemente dos coldres que exigem o uso do dedo indicador para destravar a arma, o ALS® evita que o operador direcione pressão indevida para a região do gatilho durante o saque, reduzindo drasticamente a possibilidade de acidentes. Esse diferencial é essencial para agentes que operam sob alta

pressão, onde decisões devem ser tomadas em frações de segundo sem comprometer a segurança do operador ou do protegido. Também, esta tecnologia possibilita a construção de coldres preparados para pistolas equipadas com lanternas táticas, pois o seu sistema funciona com travamento através dos espaços da janela de ejeção do armamento. O fabricante informa que o ALS® oferece um alto nível de segurança sem a necessidade de alavancas, tiras ou botões que exijam o uso do dedo do gatilho. Com várias patentes registradas, o diferencial desse sistema é um dispositivo de travamento interno que fixa a arma em todas as direções automaticamente ao recolocá-la no coldre. Coldres com esse design ergonômico avançado são facilmente operáveis com uso intuitivo do polegar, facilitando o treinamento, e o modo de saque torna seu uso muito instintivo, ao mesmo tempo em que dificulta o acesso para qualquer pessoa que não seja o próprio usuário.[24]

3.67. Também, foi observado em prospecção que a própria Safariland® dispõe em seu portfólio o dispositivo de retenção de Nivel II o modelo 6006 ALS®[25], desenvolvido especificamente para uso discreto como segurança adicional para os coldres ALS®. Ele cobre a alavanca do ALS® para evitar qualquer uso acidental ou não autorizado como camada de segurança complementar, podendo ser retirado se o operador assim desejar, pois funciona com acoplamento por parafusos. Em resumo, segundo o fabricante, o dispositivo:

3.67.1. Oferece segurança adicional para coldres ALS® para uso discreto ao cobrir a alavanca do ALS® para evitar qualquer uso acidental ou não autorizado; e

3.67.2. A proteção aprimorada do ALS® é mais resistente, oferece menos flexibilidade e uma cobertura mais consistente, mas após a liberação da proteção, o acesso à alavanca do ALS é aumentado, conforme necessidade do operador.



Figura 20 - Imagens da instalação e disposição do modelo 6006 ALS®

3.68. Destaca-se que a especificação de retenção do tipo ALS® em conjunto com sistema de retenção nível II modelo 6006 não restringe competitividade, vez que não se trata de patente registrada no Brasil por parte da Safariland®, de modo que outras empresas produzem coldres com natureza de sistema de travamento similar.

Posicionamento do coldre e sistema de ancoragem ao corpo

3.69. Na segurança de dignitários, a escolha do equipamento adequado é um fator determinante para garantir não apenas a proteção do operador, mas também a discrição e a eficiência no desempenho da função. Dentre os diversos aspectos que envolvem essa escolha, o posicionamento e o tipo de ancoragem do coldre são fundamentais para permitir um saque rápido e seguro, ao mesmo tempo em que se mantém a arma oculta sob o traje formal, como ternos e blazers. Isso fato é claramente ilustrado pela figura 17.

3.70. Os profissionais que atuam na segurança de autoridades precisam equilibrar prontidão e sigilo, de modo que um dos principais desafios é portar a arma de forma que não fique visível ou que seu contorno seja perceptível por baixo da vestimenta. Coldres posicionados muito abaixo da linha da cintura, além de

comprometerem a ergonomia e a eficiência do saque para o tipo de vestimenta, podem gerar protuberâncias indesejadas sob o paletó, chamando a atenção e revelando a presença da arma. Em linhas gerais, isso pode expor a equipe de segurança, tornando-os alvos potenciais e comprometendo a missão.

3.71. Embasado normativamente pela Portaria nº 002-CPP/DIREX/PF, de 23 de dezembro de 2021, uso de coldres que se fixam diretamente na cintura, através de passadores de cinto, é a solução ideal para esse tipo de operação. Esse método de ancoragem apresenta diversas vantagens:

3.71.1. Maior Discrição: O coldre fica alinhado à linha da cintura, minimizando o volume e evitando que a arma se projete de maneira perceptível sob o terno.

3.71.2. Posicionamento Natural (Centro de Percussão): Manter a arma próxima ao centro de gravidade do corpo melhora o equilíbrio e a estabilidade durante movimentações rápidas, reduzindo oscilações desnecessárias.

3.71.3. Acesso Rápido e Seguro: A arma permanece em uma posição ergonômica que permite um saque eficiente sem comprometer a retenção.

3.71.4. Redução de Exposição ao Retirar o Paletó: Caso o operador precise remover ou ajustar o paletó, a arma continua oculta na linha da cintura, ao contrário dos coldres muito baixos que podem se tornar visíveis.

3.71.5. Maior Controle na Retenção: A proximidade do coldre ao corpo e a ancoragem completa através do cinto dificulta tentativas de apreensão por terceiros em confrontos próximos.

3.72. Quando se trata de porte com ternos, muitos profissionais cometem equívocos ao optar por coldres pendurados em plataformas muito baixas ou com sistemas que projetam a arma para fora do perfil corporal. Esses modelos podem ser eficientes para algumas situações operacionais, mas não são ideais para o uso com ternos e outras vestimentas formais. Entre os principais problemas estão:

3.72.1. Exposição Indesejada: Coldres de coxa ou suspensos em suportes distantes da linha natural da cintura podem ficar visíveis ao caminhar ou ao sentar.

3.72.2. Dificuldade de Movimentação: Coldres muito baixos podem interferir na mobilidade e no conforto ao se sentar ou ao realizar deslocamentos rápidos.

3.72.3. Risco de Comprometimento da Missão: Se um agressor identificar que um membro da equipe está armado, isso pode comprometer toda a operação.

3.73. Para operações de segurança de dignitários, portanto, que exigem a escolha de coldres que forneçam discrição, a ergonomia e a eficiência no saque, o uso de coldres ancorados diretamente à cintura, através de passadores de cinto, permite um porte seguro e discreto da arma, garantindo que o operador esteja sempre preparado sem comprometer sua cobertura. O planejamento e a escolha correta do equipamento são essenciais para garantir que a equipe de segurança possa operar de forma eficaz e sem atrair atenção indesejada.

Revestimento externo em couro para melhor apresentação e proteção do vestuário

3.74. Assim, diferente das atividades policiais ostensivas tradicionais, a segurança de dignitários exige uma apresentação profissional e discreta, sendo comum o uso de trajes sociais ou ternos. O revestimento externo do coldre em couro provê um excelente alinhamento visual do operador, além de evitar o desgaste prematuro do vestuário ao reduzir o atrito entre o equipamento e os tecidos finos, garantindo que o operador mantenha uma aparência alinhada e profissional durante sua atuação. Para a que se possa obter uma durabilidade adequada dos revestimentos em tecido ou couro, no entanto, deve-se exigir que os materiais tenham tratamento antifúngicos e/ou antimicrobianos com propriedades de hidrofugação. Outro fator positivo no uso de

revestimentos em coldres é que eles tendem a diminuir a assinatura sonora nos movimentos de coldrear e sacar o armamento, o que pode ser muito útil em situações em que se necessita de toda discrição possível para o uso do armamento.

3.75. Além disso, um acabamento refinado e discreto minimiza a exposição visual do armamento, reduzindo a percepção pública da presença da arma de fogo, o que é essencial para a manutenção da discrição operacional em eventos e deslocamentos com autoridades.

Importância do uso de Porta Carregadores

3.76. O uso de porta-carregadores é um componente indispensável para operadores que atuam na Segurança de Dignitários, garantindo acesso rápido e seguro a munição sobressalente em situações críticas. Diferente das operações ostensivas tradicionais, a proteção de autoridades exige discrição e uma apresentação alinhada com trajes sociais, tornando essencial que os equipamentos acompanhem essa identidade visual. Assim como os coldres revestidos em couro oferecem um excelente alinhamento estético e reduzem o desgaste do vestuário ao minimizar o atrito com tecidos finos, os porta-carregadores devem seguir a mesma proposta, apresentando um acabamento refinado que harmonize com o traje formal do operador. Manter a identidade visual entre o coldre e o porta-carregador não apenas aprimora a apresentação profissional do operador, mas também reduz a percepção pública da presença da arma de fogo e de seus acessórios, garantindo que o agente cumpra sua missão sem chamar atenção indesejada.

Modelo de Referência para Coldres e Porta Carregadores

3.77. De tudo exposto sobre os aspectos mais relevantes de Coldres e Porta Carregadores, e com base na prospecção de mercado, encontrou-se um modelo de coldre que reúne perfeitamente as especificações e atende às necessidades operacionais ora indicadas, e que pode servir como modelo de referência para a contratação em foco, nos ditames legais dispostos no item 4 deste estudo. Trata-se do Coldre 637 ALS® Concealment Holster da Safariland®[26] em conjunto com o Sistema de Retenção Adicional Model 6006 ALS® Guard.



Figura 21 - Coldre 637 ALS® Concealment Holster da Safariland®



Figura 22 - Policial Federal em uso com exemplar do Coldre 637 ALS® Concealment Holster da Safariland®

3.78. Da mesma forma, o modelo de referência para o Porta-Carregador indica-se o Model 079 Slimline Open Top Double Magazine Pouch da Safariland®[27].



Figura 23 - Model 079 Slimline Open Top Double Magazine Pouch da Safariland®

Necessidade de testes de uso em amostras durante o procedimento licitatório

3.79. Dado que a qualidade do equipamento impacta diretamente na segurança, funcionalidade e longevidade do material, torna-se imprescindível a realização de testes de amostras dos coldres durante o pregão, visando garantir:

- 3.79.1. Eficiência do sistema de retenção, avaliando sua capacidade de impedir saques não autorizados e sua durabilidade ao longo do tempo;
- 3.79.2. Resistência do revestimento em couro, analisando a apresentação visual, a proteção oferecida ao vestuário e sua resistência ao desgaste diário;
- 3.79.3. Ergonomia e conforto no uso prolongado, assegurando que o coldre seja adequado para operações longas sem comprometer a mobilidade do policial.

3.80. Dessa forma, a realização de testes prévios evita a aquisição de produtos de baixa qualidade ou incompatíveis com as necessidades específicas da Polícia Federal, garantindo que o equipamento atenda aos mais altos padrões de segurança e desempenho operacional. Os testes devem seguir um protocolo que avalie a resistência à fadiga do mecanismo de travamento, resistência à saques não autorizados realizados à força e avaliações de uso operacionais por operadores especializados da área de Segurança de Dignitários da Polícia Federal, conforme critérios dispostos na Nota Técnica - Sistemas de Retenção e Teste de Uso de Coldres (39683750).

3.81. A aquisição de coldres ostensivos com trava de segurança, com acionamento do destravamento pelo polegar e revestimento em couro se faz essencial para garantir a segurança do armamento, a apresentação

profissional dos operadores e a proteção do vestuário e demais equipamentos. A fixação segura ao cinto e o sistema de retenção eficiente asseguram controle total sobre a arma, reduzindo riscos operacionais e aumentando a efetividade da proteção das autoridades sob tutela da Polícia Federal. Além disso, a realização de testes de amostras no processo licitatório garante que apenas equipamentos confiáveis e de alta qualidade sejam adquiridos, assegurando a excelência no desempenho das funções de segurança de dignitários.

Relação de Itens destinados para atender a demanda

3.82. Assim, por tudo exposto anteriormente, diante da natureza da atividade Policial em torno da atividade de Segurança de Dignitários, além das condições climáticas e políticas do Brasil, em conjunto com a necessidade de se preservar a imagem e a integridade física, moral e psicológica das autoridades, faz-se necessária a aquisição dos seguintes itens:

3.82.1. Bolsa tática de ao menos 70L na cor Coyote (caqui) ou Tan;

3.82.2. Guarda-chuvas;

3.82.3. Capa de chuva descartáveis;

3.82.4. Lenços umedecidos;

3.82.5. Toalha de banho;

3.82.6. Filtro solar resistente à água com FPS 50 ou superior, conforme diretrizes da ANVISA e recomendações da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD);

3.82.7. Bolso tático de primeiros socorros compacto IFAK, ambidestro, na cor COYOTE (Caqui) ou TAN, para comportar ao menos[28] os seguintes itens a serem adquiridos em procedimento apartado:

3.82.7.1. Curativos hemostáticos;

3.82.7.2. Bandagens compressivas; e

3.82.7.3. Luvas cirúrgicas descartáveis;

3.82.8. Coldre Ostensivo revestido em couro com trava de acionamento pelo polegar tipo ALS.

3.83. A aquisição desses itens é uma medida indispensável para garantir a eficiência operacional da Polícia Federal na proteção de dignitários. Os materiais propostos atendem a três pilares fundamentais:

3.83.1. Proteção e conforto das autoridades sob segurança, assegurando sua imagem e integridade em qualquer condição climática ou situação de estresse.

3.83.2. Organização e praticidade no transporte dos materiais, permitindo que as viaturas estejam equipadas de forma funcional e eficiente.

3.83.3. Cuidado com a saúde e segurança dos policiais, garantindo que os operadores disponham dos meios necessários para atuar com excelência, protegendo sua integridade física e prevenindo riscos ocupacionais.

3.84. A adoção desses recursos reflete o compromisso da Polícia Federal em manter os mais altos padrões de profissionalismo, segurança e bem-estar, tanto para os dignitários protegidos quanto para seus operadores de segurança.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratada deverá:

4.1.1. Atender às especificações técnicas previstas em Termo de Referência;

4.1.2. Ter seus itens apresentados aprovados nos testes previstos no Termo de Referência contido neste processo;

4.1.3. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

4.1.4. Fornecedor de atestado de capacidade técnica de no mínimo 25% do total do quantitativo do objeto compatível conforme definição no Termo de Referência. Tal exigência justifica-se pelos seguintes motivos:

4.1.4.1. Importância estratégica da contratação: A aquisição de vestuário padronizado para os policiais federais que atuam na segurança de dignitários é fundamental para manter a credibilidade e a eficiência das operações da Polícia Federal. A padronização contribui para a identificação imediata dos agentes, além de transmitir profissionalismo e seriedade, especialmente em eventos de relevância nacional e internacional.

4.1.4.2. Cobertura em todo o território nacional: A Polícia Federal desempenha suas funções em âmbito nacional, o que exige que os fornecedores tenham capacidade logística e expertise para atender às demandas em diferentes regiões do país. A exigência de atestados de capacidade técnica que comprovem a execução prévia de, pelo menos, 25% da quantidade estabelecida assegura que o licitante possui experiência e estrutura adequadas para cumprir o contrato de forma eficiente e dentro dos prazos estipulados.

4.1.4.3. É importante ressaltar que, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), a exigência de atestados de capacidade técnica deve ser proporcional e justificada. O TCU considera irregular a exigência de quantitativo mínimo superior a 50% do total contratado, exceto se houver justificativa técnica plausível.

4.1.4.4. Dessa forma, a exigência de atestados correspondentes a 25% da quantidade estabelecida mostra-se razoável e alinhada às orientações dos órgãos de controle, garantindo a seleção de fornecedores capacitados para atender às necessidades específicas da Polícia Federal.

4.1.5. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

4.1.6. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

4.1.7. Capacidade para entrega da quantidade dos materiais e o valor estimado da aquisição a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;

4.1.8. Dimensionamento do tamanho dos trajes e disponibilidade da grade de tamanhos, se for o caso, para o adequado uso conforme às dimensões corpóreas pertinentes ao caso;

4.1.9. Para o caso de importação por empresa estrangeira, conforme orientação contida no Despacho 39098556, entregar a mercadoria, livre e desembaraçada até o local previsto na Ordem de Fornecimento de Bens, em Brasília-DF, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2010 - DPU – Delivered At Place Unloaded - correndo por conta da contratada todas as despesas, diretas e indiretas, de importação, seguro de transporte internacional, embalagem, seguros diversos, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, do seguro de transporte internacional, frete internacional, moto frete, correspondências postais, montagem, garantia, assistência técnica, responsabilidade técnica, entrega técnica, transporte e frete nacionais, tributos, impostos, contribuições fiscais, contribuições parafiscais, taxas (Siscomex, de companhia aérea, do RADAR da licença de importação, de desembarço aduaneiro, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias e outras que se fizerem necessárias), custos com o manuseio de carga, serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil; e

4.1.10. Realizar a obtenção da licença de importação (se necessária), pagamento de seguro, transporte, depósito dos equipamentos, custos de desembarço e todos os custos (despesas) de formalidades alfandegárias pagáveis na importação. Caberá à Polícia Federal fornecer toda a documentação, de sua responsabilidade, necessária à contratada para que sejam efetuados os trâmites alfandegários, objetivando a isenção de impostos, conforme previsões legais (Lei Federal nº 8.032/90).

Respaldo legal para indicação de Modelos de Referência

4.2. A opção pela indicação de Marca/Modelo, tem base normativa no artigo 41 da Lei 14.133/2021, cujo teor versa que em caráter excepcional a Administração poderá indicar ou excluir marca ou modelo, tanto de produto ou serviços:

"Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente: I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

[...]

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

[...]"

(grifou-se)

4.3. Assim, o próprio inciso I do artigo 41 da Lei 14.133/2021 em suas alíneas "a" e "b" abarcam a possibilidade de indicação específica quando somente determinada marca ou modelo de produto, comercializada por mais de um fornecedor, poderá satisfazer a necessidade da Administração. Além da Lei, a Jurisprudência dispõe fonte do Direito para a questão através do Tribunal de Contas da União-TCU[29]:

"10. Nesse sentido o Enunciado 270 da Súmula de Jurisprudência do TCU, segundo o qual "em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação".

[...]

12. [...] é indispensável que o órgão licitante, caso realize a indicação de marca específica no edital, observe a impessoalidade e, logo, esteja amparada em razões de ordem técnica, motivada e documentada, demonstrando que somente a adoção daquela marca específica pode satisfazer o interesse da Administração.

13. Por outro lado, pode haver menção a uma marca de referência no ato convocatório como forma ou parâmetro de qualidade do objeto simplesmente para facilitar a sua descrição. Nesses casos, deve-se necessariamente acrescentar expressões do tipo "ou equivalente", "ou similar" e "ou de melhor qualidade". Tal obrigatoriedade tem por fundamento a possibilidade de existir outros produtos, até então desconhecidos, que apresentem características iguais ou mesmo melhores do que o produto referido no edital, podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatível com a marca de referência mencionada."

(Acórdão 113/2016-Plenário; Relator: BRUNO DANTAS)

4.4. Apesar da indicação, é necessário, no caso concreto, que haja vários fornecedores que comercializam marca ou modelo especificado, de modo que a indicação de marca não configure situação de exclusividade, passível de tornar a licitação inexigível. Permite-se, portanto, a menção à marca de referência no edital, como referência de qualidade para melhor descrição do objeto, caso em que se deve usar das expressões "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", entre outras, podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.

IMPORTÂNCIA DE SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS E INSPEÇÃO PRÉVIA DE AMOSTRAS EM SEDE DE RECEBIMENTO PRÓVISÓRIO

4.5. Em face do grau de importância de certos itens ora listados, é necessário que se faça análise de amostras em sede de recebimento provisório eletrônico com fito de verificar se de fato ele se adequa aos parâmetros estabelecidos em Termo de Referência. O ideal é que se busque pedir amostra para todos os itens, para se evitar a contratação de materiais inconformes. Caso não seja possível solicitar amostra, sugere-se

fortemente que se peça amostras para os mais importantes ao menos, que é o caso dos coldres, ternos, bolsos de primeiros socorros e bolsas de transporte de 70 L.

4.6. Além disso, recomenda-se, na medida das possibilidades da Administração, a realização de inspeção do lote requerido pela Administração diretamente na fábrica em sede de recebimento provisório, antes do despacho para entrega, por uma equipe designada para esse fim, é uma medida essencial para garantir a conformidade dos produtos com os requisitos contratuais e normativos. Esse procedimento é conduzido com base na metodologia estabelecida pela NBR 5426 - Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos [30] e proporciona maior segurança tanto para a Administração quanto para o contratado, pois possibilita a detecção prévia de eventuais desconformidades, evitando retrabalho, custos adicionais e atrasos na entrega. Também, ao assegurar que os produtos atendam integralmente às especificações antes de sua expedição, a inspeção em fábrica reduz riscos operacionais e reforça a transparência e a eficiência do processo de aquisição.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Logística - CGLOG/DPP/PF	Carla Maria de Oliveira Costardi

6. Levantamento de Mercado

6.1. Não foi observado um número expressivo de contratações por órgãos estaduais, municipais e federais desse tipo de material, portanto se trata de um. Assim, serviram como parâmetros para elaboração deste planejamento os seguintes Editais:

- 6.1.1. Pregão Eletrônico N° 01-2016 (200356);
- 6.1.2. Pregão Eletrônico N° 04-2014 (200398);
- 6.1.3. Pregão Eletrônico N° 07-2014 (200398);
- 6.1.4. Pregão Eletrônico N° 10-2012 (200334);
- 6.1.5. Pregão Eletrônico N° 16-2016 (200334); e
- 6.1.6. Pregão Eletrônico N° 15/2021 (200380).

6.2. Além disso, pelo modelo que se pretende adotar para a contratação, realizou-se prospecção de mercado diretamente com potenciais fornecedores nacionais para compreender se o objeto pretendido é passível de atendimento. Das consultas e conversas com fornecedores constatou-se que há plena viabilidade de atendimento da demanda pelo mercado, inclusive havendo contratos similares no mercado, principalmente com o setor privado, para fornecimento de trajes para equipes profissionais diversas, como as de jornalismo por exemplo.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A descrição técnica dos objetos a serem contratados estão dispostos no Termo de Referência e seus anexos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.071.296,17

8.1. A estimativa do valor de contratação do objeto se dará em momento adequado e com o embasamento deste Estudo Técnico Preliminar para definição precisa do objeto, através da devida realização de pesquisa de preços conforme os regimentos da Instrução Normativa - SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com base no art. 23 da Lei 14.133/2021.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. A aquisição dos objetos em tela permitirá uma atuação mais precisa e segura dos policiais que necessitem utilizar vestimentas de passeio adequadas às atividades de segurança de dignitários, sobretudo durante as operações de maior criticidade e visibilidade das quais participam, mantendo os policiais federais devidamente equipados, e em condições de atender às demandas de apoio às unidades centrais e descentralizadas da Polícia Federal. Soma-se a isso a necessidade de padronização dos equipamentos com o objetivo de identificar e preservar a integridade física dos policiais federais no cumprimento de suas funções, além da necessidade de cobrir o efetivo Policial Federal em atividade com este equipamento, juntamente com a garantia da regularidade de fornecimento.

9.2. O dimensionamento da quantidade encontra lastro na distribuição atual do efetivo policial lotado na Diretoria de Proteção à Pessoa (DPP), além daquele que é disperso nas Unidades Descentralizadas incumbido de atuar no âmbito dos Núcleos/Grupos de Segurança de Dignitários (NSDs e GSDs), conforme abaixo detalhado em termos quantitativos:

Tabela 02 - Quantidade de Operadores de Segurança de Dignitários em nível nacional

Unidade Operacional	Quantidades de Policiais
SR/PF/AL	1
SR/PF/AM	5
SR/PF/AP	2
SR/PF/BA	5
SR/PF/CE	6
SR/PF/DF	3
SR/PF/ES	5
SR/PF/GO	0
SR/PF/MG	5
SR/PF/MS	3
SR/PF/PA	7

SR/PF/PB	6
SR/PF/PE	4
SR/PF/PI	2
SR/PF/PR	4
SR/PF/RJ	9
SR/PF/RN	3
SR/PF/RO	0
SR/PF/RR	7
SR/PF/RS	3
SR/PF/SC	4
SR/PF/SE	2
SR/PF/TO	0
DPP/PF	201
Total	287

9.3. Agora, deve-se compreender que é necessário haver um estoque de segurança com fito de manter o devido provimento para todos Policiais que necessitarem do uniforme. Para o dimensionamento desta reserva devem-se constituir algumas premissas básicas, dentre outras: projeção de eventos vindouros; prazo de entrega; e probabilidade de aumento de efetivo em meio à distribuição. Assim, deve-se levar em consideração, primeiramente, os eventos internacionais de grande magnitude que serão sediados no Brasil em 2025 - a Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém-PA, e as reuniões do BRICS, em Brasília-DF e no Rio de Janeiro-RJ, além da Copa do Mundo de Futebol Feminino em 2027, o que impactará diretamente tanto no prazo de entrega quanto no tamanho do efetivo que deverá dispor de uniformes para as operações.

9.4. Com isso, para que se tenha parâmetros para estimativa de efetivo e quantidades de materiais, pode-se extrair informações da mobilização realizada para composição da segurança das autoridades no encontro da cúpula do G20, sediada no Rio de Janeiro - RJ em 2024. Conforme teor do Processo n.º 08200.033256/2024-34 (restrito à unidades de tramitação), o evento demandou mobilização de 1.191 policiais para cobertura da segurança atribuída às autoridades presentes no evento. Espera-se, portanto, que em 2025 esse número seja igual ou superior, em face dos dois eventos de proporções similares às do G20 que no País serão sediados, significando um aumento de 348 % no efetivo policial.

Do modelo de contrato de fornecimento de ternos e quantidades

9.5. Então, buscando a máxima eficiência, o ideal é que seja previsto o modelo de negócio baseado em contrato de fornecimento de ternos em que cada Policial Federal contemplado com o "kit terno", de modo que cada qual seja responsável pela requisição, coleta das medidas corporais no local indicado e retirada do seus materiais diretamente com o fornecedor, sendo este pago pelo consumo do saldo do contrato, com prazo para fornecimento suficiente para equipar o efetivo a tempo de cumprir a agenda esperada para os eventos de 2025 (COP 30 e BRICS), 2026 (Eleições para Presidência da República) e 2027 (Copa do Mundo Feminina). Ora, as atividades precípuas de Segurança de Dignitários desempenhadas pela Diretoria de Proteção à Pessoa não são restritas à atuação em grandes eventos ou eleições presidenciais, pois é notório que a Polícia Federal tem a atribuição de zelar permanentemente pelas vidas de inúmeras autoridades nacionais e estrangeiras, como o caso da segurança permanente do Ministro da Justiça e Segurança Pública.

9.6. Agora, pode-se afirmar que a durabilidade de um terno sob uso intenso depende de vários fatores, como a qualidade do tecido, a confecção, a manutenção e o armazenamento, e, portanto, considerando um uso diário e cuidados adequados, a vida útil estimada de ternos de qualidade intermediária (poliéster, poliviscose, algodão misto) tende a variar entre 1,5 a 3 anos[33]. Nessa premissa, desconsiderando fatores extremos, se um terno for usado 5 dias por semana, sem rotação, um modelo de qualidade intermediária pode durar cerca de 2 anos antes de apresentar desgaste visível. Já um terno premium, bem cuidado, pode resistir até 5 anos mesmo sob uso intenso. Porém, sugere-se evitar o uso do mesmo terno em dias consecutivos, para que a peça "respire" e mantenha sua forma, o que pode prolongar sua durabilidade[34], e ao mesmo tempo evitar lavagens frequentes, para ajudar a manter a integridade do tecido e prolongar a vida útil da peça[35]. Com isso, além do fato de que frequentemente o usuário do terno leva-o para lavar em lavanderias especializadas, é necessário que cada Operador de Segurança de Dignitários tenha ao menos 02 conjuntos à disposição para ter ao menos 01 em condições para pronto emprego.

9.7. Com isso, portanto, o melhor meio de se operacionalizar o provimento adequado e constante de ternos para tal fim é a partir de um contrato de fornecimento continuado junto a uma empresa especializada, conforme arts. 106 e 107 da Lei 14.133/21, em vista da viabilidade técnica e vantajosidade econômica, inclusive com a previsão editalícia de possibilidade de prorrogação da vigência e do saldo por igual período, conforme previsão do art. 40, incisos III e IV, da Lei 14.133/21.

9.8. Além disso, a licitação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, sendo que a ata de registro de preços poderá ter sua vigência prorrogada com renovação das quantidades pelo prazo previsto em edital, considerando a economia processual, redução potencial dos preços unitários registrados tendo em vista os efeitos da economia de escala, bem como mitigação do risco de realizar nova licitação e contratação de empresa que porventura não cumpra as obrigações

9.9. Isso fornece as diretrizes que nortearão o cálculo do total a ser registrado a cada ano num limite de 5 (cinco) anos vindouros, donde se compreende que deverão previstos o quantitativo de "kit ternos" para os operadores permanentes da área de Segurança de Dignitários, além da reserva técnica para abarcar um eventual aumento de efetivo na ordem de 348 % nos anos em que haja eventos de grande porte.

9.10. Assim, com Efetivo inicial atual de 287 policiais e um acréscimo esperado de 348% no tamanho do efetivo para 2025 e 2027, significa que o efetivo estimado em recrutamento para os eventos em cada um dos anos será:

$$\text{Novo Efetivo} = 287 + 287 \times 348\% = 1.286 \text{ policiais.}$$

$$\text{Aumento Absoluto de efetivo} = 1.286 - 287 = 999 \text{ policiais adicionais recrutados.}$$

9.11. Porém, é necessário que cada integrante que atua nas unidades permanentes de atuação em Segurança de Dignitários (NSDs, GSDs e DPP) sejam contemplados com 02 (dois) "kit terno" cada, pela necessidade de uso frequente dos trajes em operações de segurança de autoridades, em virtude de terem atribuições originais para esse tipo de atividade. Os demais policiais adicionais que podem ser recrutados em face dos eventos vindouros podem ser contemplados com apenas 01 (um) "kit terno" cada, vez que terão sua atuação com os trajes restrita apenas durante a duração dos eventos para que forem recrutados. Assim, a quantidade de "kits" que se projeta será a composição do dobro de 287 policiais mais o aumento absoluto projetado, conforme detalhado:

Projeção de "kit terno" para NSDs, GSDs e DPP = 2 x 287 = 574 kits.
 Projeção de "kit terno" para o efetivo a ser recrutado em 2025 = 999 kits.
 Projeção total de "kits terno" para 2025 = 574 + 999 = 1.573 kits.

9.12. Utilizando-se agora de uma margem de segurança adicional sobre o total projetado para compor um saldo de segurança para imprevistos na monta de 10% (dez por cento)[36] do novo efetivo:

$$\text{Margem Adicional} = 1.573 \times 10\% = 157,3 \text{ "Kits Terno"}$$

$$\text{Quantidade Estimada de "Kit Terno"} = (\text{Projeção total de "kit terno" para os anos de 2025 e 2026}) + (\text{Margem Adicional}) = 1.573 + 157,3 = 1.731 \text{ "Kits Terno" (arredondado)}$$

9.13. Com um aumento estimado na ordem de 348% no efetivo para cada dos anos de 2025 e 2027, pode-se prever uma reserva técnica de 1.157 "kits terno" para atender ao crescimento e cobrir eventuais necessidades adicionais.

9.14. Para os anos em que não haja previsão de grandes eventos, estando, assim, os NSDs/GSDs e a DPP adstritas às atividades rotineiras, estimam-se 02 (dois) "kits terno" por operador por ano, adicionando-se os 10% de margem de segurança. Com isso, em base dos 287 operadores atuais adicionando 10%, estimam-se o fornecimento de 632 "kits terno" por ano (sem eventos de grande monta). Para os anos em que haja pleito eleitoral para Presidência da República, estima-se que haja necessidade de se fornecer 150% dos 632 kits, em virtude da expectativa de haver recrutamento de policiais para proteção dos presidentiáveis, o que representa 948 "kit terno" por anos em que haja pleito eleitoral.

9.15. Então, com previsão inicial de 532 kits e de outros 999 para reserva técnica, propõe-se registrar preços para 1.731 (mil setecentos e trinta e um) "Kits Terno" por ano em que haja grandes eventos internacionais, 632 por ano em que haja pleito eleitoral para Presidente da República e 316 para cada ano de atividades habituais. Em uma escala anual para um contrato de fornecimento continuado de 05 (cinco) anos, espera-se que sejam necessárias as quantidades de "kit terno" detalhadas abaixo:

Tabela 03 - Estimativa de consumo anual para fornecimento de "kit terno"

2025	COP 30 e BRICS	1.731
2026	Eleição para Presidente da República	948
2027	Copa do Mundo de Futebol Feminino	1.731
2028	-	632
2029	-	632
2030	Eleição para Presidente da República	948
Saldo total estimado de "kit terno" até 2030		6.622

9.16. Com isso, espera-se que em uma escala quinquenal sejam consumidos 1.325 (mil trezentos e vinte e cinco) "kits terno" por ano. É recomendável, portanto, que para a contratação dos itens destinados à composição dos "kit terno" se utilize de um modelo de contrato com fornecimento contínuo em virtude da necessidade de entrega/consumo permanente desses bens, cuja vigência é prevista na Lei n.º 14.133/21:

[...]

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

[...]"

9.17. Para fins de otimização operacional, embora haja separação dos "kits ternos" em Masculino e Feminino, não serão detalhadas quantidades específicas para cada sexo a serem registradas em Ata por ser impossível prever exatamente as quantidades de operadores de cada sexo que serão contemplados com os kits, em vista da alta rotatividade e variação do número do efetivo destinado às atividades de Segurança de Dignitários; pode-se, no entanto, fazer uma projeção da distribuição do efetivo por sexo com base na base de dados de Policiais Federais lotados nos GSDs, NSDs e DPP e no histórico de recrutamento para segurança de grandes eventos, o que seria a estimativa de que aproximadamente 25% dos kits registrados possa ser solicitado para contemplar Policiais Federais Femininas.

9.18. Diante do cenário de incertezas, é necessário que os kits masculino e feminino tenham uma composição de preços alinhada à realidade de mercado, porém com preços itens equalizados de forma a prover eficiência à forma da contratação e entrega. Em outros termos, é necessário cotar os itens dos kits de forma que não haja diferença de valor entre os itens masculino e feminino, de modo que não haja prejuízo para o saldo registrado quando da requisição dos "kits terno" diante da incerteza das quantidades de kits masculino/feminino que serão distribuídos.

Tabela 04 - Detalhamento dos Itens componentes dos "Kits Terno".

ITEM	DESCRIÇÃO		
Kit Terno - Masculino		Quantidade	Cor
01	TERNO COMPLETO - 01 Paletó e 01 Calça	01	Preta
02	CAMISA SOCIAL	02	Branca
03	GRAVATA	01	Preta
04	CINTO SOCIAL	01	Preta
05	PAR DE MEIAS SOCIAL	02	Preta

06	PRENDEDOR DE GRAVATAS	01	Metálico
07	PAR DE SAPATOS SOCIAL (com cadarço e sola em borracha)	01	Preta
08	CAPA DE TRANSPORTE	01	-

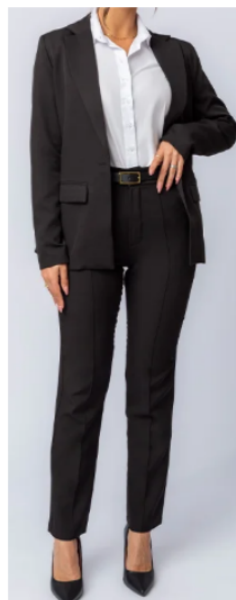
Kit Terno - Feminino		Quantidade	Cor
01	TERNO COMPLETO - 01 Paletó e 01 Calça	01	Preta
02	CAMISA SOCIAL	02	Branca
03	CINTO SOCIAL	01	Preta
04	PAR DE SAPATOS SOCIAL - salto baixo (com solado de borracha)	01	Preta
05	CAPA DE TRANSPORTE	01	-

Imagens Ilustrativas dos "Kits Terno"

Masculino



Feminino



9.19. Além dos ternos, com os número ora determinados, pode-se projetar, para dotar o efetivo destinado à Segurança de Dignitários para o ano de 2025:

9.19.1 Um bolso de atendimento pré-hospitalar tático IFAK para cada operador;



9.19.2. Um coldre ostensivo para cada operador;

9.19.3. Uma bolsa de 70 litros ou mais para cada GSD/NSD e 10 bolsas para a DPP. Cada bolsa contendo: duas sombrinhas, duas capas de chuva, duas toalhas de banho e 04 pacotes de lenços



umedecidos; e

9.19.4. Um frasco de filtro solar de 200 ml para cada operador.

9.20. Pela natureza dos objetos, é correto afirmar que o melhor meio de se operacionalizar a contratação é a partir do Registro de Preços das quantidade que se pretende adquirir dentro de um contrato de fornecimento junto a empresas especializadas, inclusive com a previsão editalícia de possibilidade de prorrogação da vigência e do saldo inicial da Ata por igual período, conforme art. 84 da Lei 14.133/21.

Item	Modelo de Referência	Marca	Imagem Ilustrativa
Bolso de atendimento pré-hospitalar tático IFAK	Reflex IFAK System Bag (Roll & Carrier) ^[37]	North America Rescue	
Bolsa de Transporte 70 L - Coyote	Mala/Mochila Expedition - Coyote 70L ^[38]	Invictus	

<p>Coldre Ostensivo em Couro com passador de cinto e retenção com sistema ASL</p>	<p>637 ALS® Concealment Holster</p>	<p>Safariland</p>	
<p>Porta Carregador em Couro - retenção passiva</p>	<p>Model 079 Slimline Open Top Double Magazine Pouch</p>	<p>Safariland</p>	

Filtro Solar Esportivo FPS 50 PPS 25 200 ml	Neutrogena Sun Fresh Protetor Solar Corporal FPS 50, 200ml ^[39]	Neutrogena	
Lenços Umedecidos	Lenços Umedecidos Bebê Tradicional - 50 unidades [40]	Granado	

9.21. Considerando a durabilidade elevada que se espera dos coldres e porta carregadores, e que eles se destinam especificamente para atividades de Segurança de Dignitários, não sendo necessário alto volume dos itens para aquisição, presume-se que a demanda seja igual ao número de policiais que se projeta para operarem nas seguranças dos eventos de 2025. O mesmo raciocínio vale para os pares de sapatos e bolsos de primeiros socorros IFAK. Para o filtro solar considerou-se apenas o quantitativo para prover o efetivo em 2025.

9.22. Assim, compõem-se abaixo as quantidades de cada item para a presente contratação, já considerando-se margem para composição de estoque de segurança para provimento do efetivo destinado para Segurança de Dignitários:

Item	Descrição	Quantidade
1	TERNO COMPLETO - 01 Paletó e 01 Calça	1.100
2	CAMISA SOCIAL	1.100
3	GRAVATA	1.100
4	CINTO SOCIAL	1.100

5	PAR DE MEIAS SOCIAL	1.100
6	PRENDEDOR DE GRAVATAS	1.100
7	PAR DE SAPATOS SOCIAL	1.100
8	BOLSO DE APH TÁTICO - IFAK	1.100
9	COLDRE OSTENSIVO	1.100
10	PORTA CARREGADOR	1.100
11	FILTRO SOLAR FACIAL	1.100
12	LENÇO UMEDECIDO	160
13	BOLSA DE TRANSPORTE 70 LITROS	40
14	GUARDA-CHUVA	80
15	TOALHA DE BANHO	80

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. As melhores práticas nas compras realizadas pela Administração demonstram que uma contratação parcelada de forma a propiciar mais itens, evitando a composição de diversos produtos em uma única possibilidade, amplia a competição e propicia uma contratação mais vantajosa para a administração, conforme disposto no art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.2. No caso em tela, tendo em vista as peculiaridades do vestuário e da logística de entrega, foi necessário realizar o agrupamento dos itens 1 a 6 e 9 e 10, sendo que os demais itens serão adquiridos de forma separada, em itens isolados.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. As contratações correlatas e/ou interdependentes referem-se à necessidade de aquisição de diferentes itens ou serviços que estão relacionados entre si ou que dependem um do outro para a realização de um objetivo comum. Aqui estão algumas considerações sobre essas contratações:

11.1.1. Contratações Correlatas: São aquelas que envolvem produtos ou serviços que, embora possam ser utilizados de forma independente, têm um vínculo que justifica sua aquisição conjunta para otimizar processos e resultados.

11.1.2. Contratações Interdependentes: Refere-se a itens ou serviços cuja execução depende diretamente da realização de outros. Por exemplo, a aquisição de hardware e software que precisa ser instalado e configurado simultaneamente.

11.2. Na prática, a identificação de contratações correlatas e interdependentes deve ser feita com base em uma análise cuidadosa das necessidades do projeto, considerando tanto os aspectos técnicos quanto os orçamentários. A Lei 14.133/2021 permite essa abordagem para promover a eficiência e a economicidade nas contratações públicas.

11.3. Ou seja, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido. Assim como não havia a época conveniência de participação em eventual IRP em andamento.

11.4. A referida aquisição é, portanto, autônoma e prescinde de contratações correlatas ou interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no **Plano Estratégico 2022-2023 da Polícia Federal, aprovado pela Resolução CGPF/PF nº 06, de 10 de outubro de 2022**, contribuindo para que se atinjam os seguintes objetivos estratégicos:

12.1.1. Conferir efetividade ao emprego dos recursos; e

12.1.2. Fortalecer o enfrentamento à criminalidade.

12.2. Portanto a aquisição pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

12.3. Além disso, o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

12.3.1. ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000025/2025

12.3.2. Data de publicação no PNCP: 16/05/2024

12.3.3. Id do item no PCA: 70

12.3.4. Classe/Grupo: 8415 - VESTUÁRIO PARA FINS ESPECIAIS

12.3.5. Identificador da Futura Contratação: 200334-77/2025

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Espera-se com essa contratação:

13.1.1. Equipar os policiais federais com vestimentas e acessórios padronizados com nível de qualidade, segurança e conforto adequados para uso em operações policiais específicas para Segurança de Dignitários em situação que necessite uso de traje de passeio com nível de postura necessária à manutenção da boa imagem dos Policiais e da Corporação;

13.1.2. Promover a elevação da moral dos Policiais Federais destacados para segurança de autoridades ao dotá-los com equipamentos de qualidade para trabalharem com plenitude e conforto;

13.1.3. Elevar o prestígio e credibilidade da Polícia Federal frente à Sociedade como um todo; e

13.1.4. Otimizar a satisfação com o trabalho e a sensação de segurança das Autoridades cujas vidas estejam sob tutela da Segurança desta Casa.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Formalizar a primeira versão da Minuta de Termo de Referência, a devida pesquisa de preços nos moldes determinados pela legislação e submeter os autos para instâncias superiores para apreciação, juntamente com a continuidade dos estudos sobre a matéria para acompanhamento das tendências do mercado e para suprir possíveis necessidades de saneamento processual, além de realizar a devida pesquisa de preços em conformidade com legislação vigente.

14.2. Também é necessário que se mantenha os estudos para aprimoramento da dotação de equipamentos, subsidiando informações para revisão do planejamento estratégico para distribuição de equipamento da instituição.

14.3. Ainda, vislumbra-se a necessidade de formação de uma comissão para recebimento dos trajes em cada localidade com efetivo a ser contemplado e de avaliação da necessidade de visita às instalações fabris da contratada para aferição da capacidade de provimento da integralidade dos itens, bem como da conformidade com as legislações pátrias.

14.4. A presente aquisição demanda que o Órgão se adeque à dotação própria, conforme legislação vigente referente ao tema.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Não há previsão de impactos ambientais significativos resultantes da contratação pretendida.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Por todo o exposto, a equipe declara que a demanda ora especificada atende ao interesse público no caso concreto e considera que a contratação é plenamente viável.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO GUSTAVO FARIA LIMA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 15:36:13.

VITOR FEITOSA PEREIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 15:36:19.

ANDRE LUSTOSA AVILA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 15:34:05.